

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO

**A palavra do jornal:
a construção da política no espaço dos editoriais**

Ana Cristina Ghisleni

Prof^a Orientadora: Prof^a Dr^a Céli Regina Jardim Pinto

Porto Alegre, outubro de 2003

Ana Cristina Ghisleni

**A palavra do jornal:
a construção da política no espaço dos editoriais**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Prof^a Orientadora: Prof^a Dr^a Céli Regina Jardim Pinto

Porto Alegre
2003

Ana Cristina Ghisleni

**A palavra do jornal:
a construção da política no espaço dos editoriais**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Prof^a Orientadora: Prof^a Dr^a Céli Regina Jardim Pinto

Porto Alegre, 31 de outubro de 2003

Banca Examinadora

Prof. Dr. Carlos Schmidt Arturi IFCH/UFRGS

Prof^a Dr^a Maria Helena Weber FABICO/UFRGS

Prof^a Dr^a Rosângela Schuz Unisc

AGRADECIMENTOS

À família e aos amigos, que sempre depositaram confiança.

Ao Eduardo, pelo carinho, pela ajuda e por sempre estar junto.

À minha orientadora, por ter acreditado e investido no trabalho.

*"Pode-se pecar por excesso de loquacidade
e por excesso de reticência." (ECO, 1983,
p. 111)*

RESUMO

A noção de política construída pelos jornais Zero Hora e Folha de São Paulo nos seus editoriais é a questão que este trabalho se propõe analisar, utilizando como caminho metodológico a análise de discurso. Durante a leitura destes editoriais, pode-se perceber a frequência de quatro assuntos principais, ligados principalmente à conjuntura de sucessão presidencial que então se aproximava. O primeiro deles é a própria questão da sucessão presidencial e a construção deste processo pelos editoriais. O segundo assunto diz respeito à economia. Segue-se a isso a democracia e, por fim, a segurança pública. Ao dissertar sobre cada um destes pontos, buscou-se a detecção dos agentes presentes no tratamento dispensado ao tema. A partir daí, ocorreu a busca do posicionamento de cada um dos veículos e a análise de sua posição. Esta análise levou em consideração a feição própria do texto do editorial, como espaço de expressão das opiniões da empresa responsável pelo jornal.

Palavras-chave: Política. Ciência Política. Editoriais. Jornalismo.

ABSTRACT

The politics conception built from the newspapers Zero Hora and Folha de São Paulo in their editorials is the question that the present paper intend to analyse, using as methodological path the discourse analysis. During the reading of these editorials, was perceived the frequency of three main subjects, linked mainly to the conjuncture of presidential campaign that was approaching at that time. The first of them is the presidential succession itself and the construction of this process by the editorials. The second subject is the brazilian economy, and after, the democracy and the public security. Disserting on each one of these topics, it searched into detection of present agents in the treatment excused to the subject. From there, it occurred the search of the positioning of each one of the vehicles and the analysis of its position. In order to dissert about each one of these topics, the posture of each vehicle was searched, as well as the analysis of its position. This analysis took on account the proper feature of each editorial text as an expression space of opinions from the responsible company for the periodical.

KEY-WORDS: Politics. Politics Science. Editorials. Journalism.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	A HISTÓRIA E AS IDÉIAS.....	11
3	OS EDITORIAIS NO JORNALISMO.....	18
3.1	O DISCURSO E AS SUAS CONDIÇÕES DE EXISTÊNCIA.....	20
4	COMO A POLÍTICA É TRATADA PELO JORNALISMO.....	29
4.1	CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	34
5	A SUCESSÃO PRESIDENCIAL CONTADA PELOS EDITORIAIS.....	38
6	A QUESTÃO ECONÔMICA: RECEITAS PARA TODOS OS MALES.....	52
7	OS EDITORIAIS COMO BALUARTES DA DEMOCRACIA.....	70
8	A SEGURANÇA PÚBLICA E O MEDO DO CIDADÃO.....	78
9	CONCLUSÃO.....	87
	REFERÊNCIAS.....	90

1 INTRODUÇÃO

As páginas que seguem são uma possibilidade de leitura. A leitura dos editoriais de dois jornais brasileiros diários, a Folha de São Paulo e a Zero Hora, no período entre junho a agosto de 2002, possibilitou a busca dos posicionamentos construídos por estes dois veículos durante um período de disputa eleitoral pela Presidência da República. O objetivo do trabalho é verificar qual é a noção de política construída por estes dois jornais, balizando a análise pelos assuntos sucessão presidencial, economia, democracia e segurança pública.

Sobre a sua seleção, especificamente, e como poderá ser observado nos capítulos posteriores, cabe a consideração de que, desde meados do mês de junho de 2002, quando foi dado início à coleta, até o final do mês de agosto do mesmo ano, foram priorizados os editoriais de caráter factual e com ênfase na situação brasileira. O período escolhido justifica-se pelo fato de que, em junho iniciaram-se mais fortemente as notícias e as eventuais especulações sobre os possíveis cenários para a eleição presidencial que se aproximava. Até o final do período analisado (agosto), estas injunções permaneciam freqüentes, articulando possibilidades ainda variadas daquelas que viriam a se confirmar nas urnas.

Faz-se necessário, também, elucidar a escolha dos dois veículos impressos aqui analisados. Tal opção deu-se em função de buscar-se dois veículos diários e de grande circulação. Neste universo, há que se frisar o fato de um deles, o jornal Folha de São Paulo, ter uma proposta editorial de caráter nacional, pautando assuntos

nacionais e não só do estado onde o veículo está sediado. Já o jornal Zero Hora tem uma proposta editorial regional, não obstante também pautar assuntos nacionais com menor ênfase. Seu foco para assuntos da região sul do Brasil, com maior força no estado do Rio Grande do Sul, são característicos do veículo, que notabiliza-se por inserir a questão local em discussões nacionais. Há que se considerar também o fato do jornal Zero Hora, durante o governo gaúcho encabeçado pelo Partido dos Trabalhadores e que também se renovou na eleição de 2002, ter assumido uma posição claramente anti-PT, onde a pauta da segurança pública mereceu grande destaque por ser considerada falha durante a administração petista no governo estadual.

Ao se propor uma análise do processo de construção política pela atividade jornalística, mais especificamente pelos editoriais, está-se partindo de duas assertivas: (I) a de que os jornais de fato constroem um ideal político pretensamente em nome de seus leitores e (II) que este ideal político está expresso no espaço diário dos editoriais.

A análise do material coletado, a ser desenvolvida ao longo deste trabalho busca explicitar e comprovar estes fatores. Entretanto, neste momento, cabe destacar os caminhos teóricos e metodológicos por onde esta análise passará.

A questão fundadora desta análise é a seguinte:

I) qual é a noção de política construída pelos veículos analisados através de seus editoriais?

Tomando-as como base desta investigação, pode-se apontar o caminho metodológico da análise de discurso como o mais apropriado a ser seguido tendo o cuidado de não reduzir a análise do social à teoria do discurso. Ao contrário, é importante ter-se claro de que são necessárias outras posturas analíticas para dar

suporte à própria questão da discursividade. Um dos suportes que serão buscados ao longo deste trabalho é a própria questão da análise política.

Durante a leitura dos editoriais, alguns assuntos possuem notória frequência, tanto por serem atuais no período em que estão em pauta, quanto por uma opção editorial que é sensível ao leitor. Estes assuntos se inserem em quatro focos básicos de interesse, cada um deles constituindo o cerne dos capítulos que virão.

O primeiro deles é a própria questão da sucessão presidencial e como ela foi sendo construída pelos editoriais dos dois veículos. O capítulo seguinte versa sobre as questões econômicas que estão fortemente pontuadas na disputa. Em seguida, o assunto é como a questão da democracia é pontuada pelos editoriais e, por fim, a segurança pública e o tratamento que o problema merece.

No tratamento de cada um destes assuntos, buscou-se a detecção dos agentes presentes no tratamento dispensado ao tema. A partir daí, a busca do posicionamento de cada um dos veículos e a análise desta posição.

2 A HISTÓRIA E AS IDÉIAS

O jornalismo vive os revezes dos tempos. Para afirmar tal coisa basta atentar para todas as mudanças de que se tem notícia no universo jornalístico somente nos últimos anos. Se olharmos sob o prisma tecnológico, perceberemos que a tecnologia, com suas benesses ou com suas limitações, tem ditado diferentes padrões de informação e de comunicação, mas esta é apenas uma das possibilidades de análise.

Ao centrar a discussão no jornalismo impresso, pode-se perceber que, afora as questões tecnológicas, esta atividade também tem como guia as mudanças sociais, políticas e econômicas que se sucedem. Estas mudanças devem ser entendidas não somente como mudanças de articulações governamentais ou de oscilações sociais mais ou menos esporádicas. Trata-se de algo mais universal, capaz de enraizar profundas modificações no entendimento das pessoas acerca da atividade jornalística porque também provoca profundas modificações no entendimento das pessoas acerca do mundo e das relações que se estabelecem nele.

Partindo disso, pode-se falar de mudanças nas relações entre quem escreve e entre quem lê o que está escrito. Chega-se a um ponto em que aquilo que está impresso na folha não faz mais sentido àquele que antes era seu público leitor cativo, ao mesmo tempo em que chega-se ao ponto onde aquilo que está escrito não pode mais ser sustentado nem em termos financeiros e nem em termos políticos

ou conceituais. Aí se estabelece o ponto de ruptura entre o velho e o novo. E é de rupturas e de tentativas de inovações e de continuidade que o jornalismo impresso tem construído sua trajetória sem entretanto nunca perder sua força enquanto instrumento mais completo de informação.

O jornalismo tem uma função básica: levar o fato ao conhecimento do público, tendo sempre em vista sua tão acalentada – e tão pouco explicada, ou mal-explicada – função social. À tarefa de informar, existe um pressuposto: estar bem-informado. Uma questão primeira, então, a ser discutida, é a informação porque é ela – pelas suas origens, pelas suas finalidades, e pelo seu invólucro – que dará a tônica da atividade jornalística.

A informação é reflexo do seu tempo. À medida em que o mundo foi se tornando complexo e maior, e essa expansão se deve à mobilidade e rapidez proporcionada principalmente pela tecnologia, a noção de informação foi se modificando.

Armand Mattelart, em seu livro *Comunicação Mundo* (1996), explora estas mudanças de forma bastante ilustrativa e analítica. Ao se referir a uma das modificações sofridas pelo universo informacional, suas palavras são muito precisas:

O conjunto das transformações técnicas que se operam no modo de comunicação leva a mudar de forma radical o estatuto econômico da informação. Com redução das demoras, ela modifica obrigatoriamente os métodos de sua coleta, tratamento e codificação (...) A informação exclusiva, laboriosamente adquirida, que antes era fonte de lucro para o negociante inteligente, é hoje propriedade pública, desde o momento em que aparece. O especulador audacioso dispõe dela ao mesmo tempo, por assim dizer, que seus concorrentes; agora esta é a regra. (MATELLART, 1996, p. 23-24).

Esta regra foi sendo construída ao longo de drásticas e profundas mudanças no cenário político, econômico e social. O século XIX já preparava o surgimento de um novo modo de organização de toda a produção humana, através de um instrumental tecnológico não suficientemente conhecido no século anterior para

permitir tentativas mais ousadas do aparato de comunicação utilizado principalmente nas guerras. A emergência das redes técnicas de comunicação criou o telégrafo, o rádio, o cabo e as agências internacionais num primeiro momento. O reflexo disso na imprensa escrita foi expressivo. A velocidade das informações aumentou sobremaneira. O mundo se tornou maior e, por conseguinte, a responsabilidade jornalística também. O caráter literário do jornalismo impresso era ainda preponderante e a informação ainda tinha um caráter estritamente oficial. E mais: a era das grandes empresas ainda se constituía uma realidade longínqua.

Entretanto, este caráter oficialesco não poderia persistir pacificamente no meio público. Mas o medo de tornar a informação uma “coisa” pública possibilitava atitudes extremas. Foi o caso da definição dos serviços públicos. Atendendo à lógica de que as massas, com acesso a informações “confidenciais” poderia ser perigosa ao Estado, criou-se a noção de que serviços sob a tutela deste mesmo Estado poderiam ser os implantadores da ordem. Data desta mesma época (final do século XIX), a percepção de forças de esquerda sobre o poder da mídia na luta pela ampliação de sua aceitação, e isto foi bastante utilizado. Mas, como diz Mattelart (1996, p. 25), com a aproximação da Primeira Guerra Mundial, “a questão da propaganda vai sair dos redutos revolucionários e ser arvorada como negócio de Estado.”

Se a Primeira Guerra Mundial foi o símbolo da informação sob Estado de Sítio, o período entre-guerras caracterizou-se por um caráter mais prático da comunicação, principalmente no que diz respeito à sua utilização enquanto instrumento capaz de minimizar os choques da crise econômica mundial. É o início da era da opinião pública.

Durante a Segunda Guerra Mundial, viveu-se uma época em que a comunicação, ou a má utilização desta, segundo parâmetros governamentais, era vista como algo extremamente perigoso. A necessidade de controle aumentou ainda mais durante os anos da Guerra Fria, quando todo o tipo de informação podia tanto servir para a salvaguarda da soberania nacional quanto para a sua destruição.

Seguiram-se os muitos governos de cunho militar espalhados pelo mundo, quando o tão propagado direito à informação deu lugar ao seu controle total, mas também engendrou formas criativas de burlar tal controle. O que se afirma hoje com relação à comunicação é que, diante da propagada reestruturação da democracia mundial, vive-se a era do globalismo, em que se entende que as fronteiras nacionais deram espaço ao livre trânsito de informações, proporcionado principalmente pela tecnologia da rede mundial de comunicações e que teve efeito indiscutível no trabalho do jornalismo impresso.

Mas os acontecimentos não seguem um rumo tão pacífico assim. Para entender o que de fato acontece com a comunicação, neste universo de profundas transformações, várias correntes teóricas foram se construindo. A primeira delas é o que se poderia chamar de discussão sobre a liberdade de informação. Aqui, constrói-se a noção de que a informação é indispensável, mas que aliada a ela tem de estar a responsabilidade social.

A segunda é a busca de uma teorização um pouco imediatista sobre o fazer jornalístico, o que funcionou como o embrião dos manuais jornalísticos. A discussão a respeito dos fundamentos do jornalismo – notícia, papel do repórter, objetividade, fato, assume papel relevante nesta corrente.

“Como o objetivo imediato era a preparação da nova camada de técnicos, os autores exploram muito a sistematização de um método de trabalho – captação das

informações, técnicas de repórter, elaboração das notícias e técnicas de redação.”

(MEDINA, 1988, p. 19).

Ligado a essa noção também começavam a ser desenhados os critérios e os objetivos a serem perseguidos pelo trabalho jornalístico.

Nesse campo de reflexões, o que se torna mais interessante observar (...) são as qualidades da notícia. Os autores estabelecem certos critérios coincidentes como o de atualidade, interesse por parte do público, veracidade e facilidade de assimilação ou clareza (...) E os critérios vão assumindo um status de verdades tácitas, sem aprofundamento crítico. Entre eles, o de interesse e o de veracidade/objetividade são os casos mais significativos. (MEDINA, 1988, p. 20).

As pesquisas de efeito ante o deslumbramento causado pela eficiência dos meios de comunicação social se tornaram um sucesso nos Estados Unidos principalmente entre os anos 50 e 60. O cerne destas pesquisas era uma grande preocupação quantitativa e científica e, como lembra Cremilda Medina (1988, p. 22), “esse serviço prestado aos interesses da sociedade fica muito claro no caso norte-americano onde a pesquisa extensiva passou a ser contratada pelas grandes empresas e organismos políticos, que sentiam na informação um importante produto para manipular.”

Por fim, começou-se a pensar a Sociologia da Cultura de Massa, impulsionada principalmente pelas teorizações da Escola de Frankfurt. A visão crítica com relação à função exercida pelos meios de comunicação era o mote desses estudos que, se hoje são vistos com reservas pelos teóricos da comunicação, com certeza exerceram – e ainda exercem – o papel de elucidadores de muitas questões intrinsecamente ligadas à mídia e à imprensa.

No bojo dos estudos frankfurtianos, tem-se hoje uma tentativa de Sociologia da Cultura de Massa que tenta fugir a alguns preceitos dos primeiros. Aceita-se a noção de comunicação de massa como um dos produtos da indústria cultural, sem

estar revestido só de conotações negativas, mas sim como algo intrínseco às sociedades urbanas e industriais. A crítica tecida por esta corrente é uma crítica a todos os papéis imputados à imprensa e que foram percebidos como impossíveis ao longo do desenvolvimento da mesma (a objetividade, por exemplo). É também uma crítica ao papel de ignorância e de submissão que foi delegado às massas e também ao suposto elitismo veiculado por Adorno e seus seguidores.

No jornalismo, a estrutura básica é a notícia. Sobre isso, em 1969, Alceu de Amoroso Lima era taxativo em afirmar que: “A atualidade do jornalista é, pois, condição essencial de sua permanência. E de sua essência (...). O jornalista é o homem do presente. Se descamba para o passado, sofre de anacronismo. Se pende para o futuro, fica no utopismo”. (LIMA, 1969, p. 51).

Trinta anos depois, já é possível discutir esta assertiva. A atualidade, para o fazer jornalístico, é importante, mas os olhos atentos para os fatores que engendraram tal situação e para os seus desdobramentos também é fundamental. A construção desta noção de que o fato isolado não é informação suficiente conta hoje com um manancial teórico que ampliou os horizontes tanto do trabalho do jornalismo quanto do produto final que é recebido.

Esta noção vem aliada à percepção de que a própria atividade jornalística depende de fatores outros que a influenciam fortemente. É isto que leva Edvaldo Pereira Lima (1995) a afirmar que:

O jornalismo, enquanto segmento da comunicação de massa exerce a função aparente de informar, explicar e orientar. As funções subjacentes são muitas, variadas, incluindo-se no rol a função econômica, a ideológica, a educativa, a social e outras. Mas o que diferencia de fato o jornalismo de outras atividades é o desempenho da tarefa informativa e orientativa. (LIMA, 1995, p. 20).

O autor ainda considera que: “O alimento dessa função é a ocorrência social, sobre a qual se debruça o jornalismo para, a partir daí, manter a sua audiência a par

dos acontecimentos, possibilitando-lhe orientar-se ante a avalanche de acontecimentos na sociedade moderna.” (LIMA, 1995, p. 20).

Esta tarefa eminentemente informativa, entretanto, não pode acontecer sem uma estrutura que oriente o trabalho. Uma das estruturas mais recorrentes no jornalismo impresso é a notícia. O já citado Edvaldo Pereira Lima (1995, p. 40) diz que a notícia é a fórmula básica do jornalismo, completando com a idéia de que “a notícia é a comunicação de uma estrutura fática, atual ou atualizada, que corresponde, consciente ou inconscientemente, a uma vigência social geral de um grupo social específico.”

A estrutura notícia possui caracterizações que lhe são próprias. Em termos de ocorrência, ela pode ser entendida como prevista, imprevista, ou ainda pode juntar estas duas categorias. Quanto à procedência, a notícia pode ser local, estadual, nacional ou internacional. A seleção das notícias obedece ao critério de proximidade e de credibilidade. E, por fim, o tratamento da notícia pode vir em forma de pesquisa, de seleção, de comparação ou de interpretação.

3 OS EDITORIAIS NO JORNALISMO

O espaço do editorial, diário e nobre nos veículos, constitui, de forma expressa e reconhecida, a formulação da opinião da empresa responsável pelo veículo. Neste espaço, são colocadas as premissas básicas que orientam as questões editoriais do jornal. No editorial, um assunto é escolhido para ser balizado por estas orientações, mas uma leitura mais atenta permite observar orientações políticas mais gerais ali presentes. E este caráter político diz respeito basicamente aos editoriais jornalísticos se configurarem como discursos de representação do interesse coletivo, muito embora se destinem a veicular as opiniões do órgão editor.

Como lembra Maria da Graça Krieger, os editoriais acabam cumprindo a importante tarefa de interpretar a notícia sob a ótica da empresa e sob a suposta ótica do público leitor, tangenciando a informação e patrocinando uma análise interpretativa:

No contexto editorial, a interpretação ocupa-se, pois, de explicitar o sentido subjacente ao que é apenas noticiado. Expressivamente, os jornais de grande porte têm como objetivo maior de pauta editorialista acontecimentos relativos ao cenário político, administrativo e econômico do país.

Em razão desse seu objeto maior de análise, os editoriais, discursos modalizados narrativamente pela interpretação, cumprem a função comunicativa de fazer saber e de fazer compreender ao público-leitor os jogos de conduta dos governantes, as implicações, para a vida do país, das atitudes e decisões governamentais.

Ao interpretarem tais atitudes e decisões, os editoriais manifestam seus pontos de vista, sua verdade sobre a condução da vida pública. A interpretação, com efeito, instaura o editorial como discurso de opinião, manifestação do ponto de vista de seu anunciador sobre o que toma por objeto de análise. (KRIEGER, 1990, p. 160).

Dentro desta lógica, poderíamos considerar que, se os editoriais podem ser entendidos como discursos de representação do interesse coletivo, no jornalismo, a política pode ser entendida como a arte da representação. Neste sentido, o jornalismo impresso, aqui analisado, pode ser tomado como o menos propenso aos encantamentos proporcionados pela mídia eletrônica através de montagem de cenários, edições e do seu instrumento mais básico, a própria imagem. Os jornais impressos rendem-se sim à lógica da representação eminentemente através das sutilezas do discurso empregado. Estas sutilezas de linguagem podem ser observadas ainda mais concretamente nos editoriais, ou pelo seu formato ou pela própria escolha do assunto, que segue a lógica da empresa proprietária. Além do campo da linguagem, existem sutilezas ligadas à conduta política do veículo: conduta esta ligada às fontes que são utilizadas, às trocas estabelecidas através das compras de espaços publicitários e ainda aos desejos e à simpatia política do dono deste jornal. Wilson Gomes (199-b) é muito claro ao falar destes fatores, muito subjetivos, mas extremamente presentes no fazer jornalístico:

Antes de mais nada é bom que se diga que a *mise en scène* política não é o único meio pelo qual a política 'força a sua entrada' no circuito informativo dos *mass media*. Na verdade, as rotinas de produção da informação e a cultura profissional dos jornalistas, bem como a situação da informação nos *media* que são também instituições e propriedade, possibilitam diversas entradas. A política se introduz no circuito informativo, p. ex., pelas fontes – estas instituições fundamentais para a rotina de produção de notícias –, pela auto-inclusão na agenda dos jornais, pela compra de espaço publicitário nos meios de comunicação, etc. No Brasil, além destas formas conhecemos a propaganda eleitoral gratuita e, a mais típica de todas, as injunções e constrações externas aos critérios técnico-jornalísticos: a vontade do proprietário. (GOMES, 199-b, p. 7).

Levando-se em consideração estas assertivas, a questão da noção de discurso e das perspectivas sob as quais podemos analisá-lo são importantes.

3.1 O DISCURSO E AS SUAS CONDIÇÕES DE EXISTÊNCIA

Em seu “Análise do Discurso”, Eni Orlandi (2001, p. 9) lança mão de uma interessante forma de verificar a relação que estabelecemos com o discurso e com as tentativas de analisá-lo:

Problematizar as maneiras de ler, levar o sujeito falante ou o leitor a se colocarem questões sobre o que produzem e o que ouvem nas diferentes manifestações da linguagem. Perceber que não podemos não estar sujeitos à linguagem, a seus equívocos, sua opacidade. Saber que não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos. A entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político. Não temos como não interpretar. Isso, que é contribuição na análise de discurso, nos coloca em estado de reflexão e, sem cairmos na ilusão de sermos conscientes de tudo, permite-nos ao menos sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem. (ORLANDI, 2001, p. 9).

O que é possível depreendermos daí? Basicamente que, em um dado discurso, existem múltiplas formas de análise que são oferecidas. A uma delas a autora guarda lugar especial: o comprometimento com a análise do político. Isto nos é muito precioso dentro da proposta estabelecida. E a questão da política pode ser ligada a duas outras noções: a noção de ideologia e a noção de sujeito social.

Ideologia e discurso são, sem dúvida, dois conceitos que muito têm a contribuir um com o outro. Isto acontece exatamente porque sua presença em um mesmo modelo provoca uma tensão, uma necessidade de constante redefinição do conceito mesmo de ideologia, uma necessidade que se reconstrói a partir do caráter do texto que está submetido à análise.

Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1985 apud PINTO, 1988) vão além em suas considerações. Para eles, as práticas sociais dos indivíduos são a produção social do sentido. Desta feita, portanto, o discurso nada mais é do que o local onde estas

práticas são materializadas na linguagem. Tal raciocínio impele, inclusive, a uma nova forma de se entender a própria questão do discurso e do seu lugar dentro dos campos de análise.

Pensando este sujeito na perspectiva de Laclau e Mouffe, é perceptível sua presença nas práticas sociais, que para esses não podem ser entendidas senão enquanto produção social de sentido. O discurso, portanto, nada mais é do que o local onde estas práticas são materializadas na linguagem. Em vista disso, o seu estudo não pode ser entendido como um ramo da Lingüística, mas como um estudo das formas que sujeitos históricos significam suas condições de existência. Uma aproximação entre a Lingüística e a teoria do social envolve antes de qualquer outro aspecto a incorporação, pela primeira, da historicidade do 'texto' e, pela segunda, das formas – sempre inscritas na linguagem – que esta historicidade constrói seus discursos. (PINTO, 1988, p. 19).

Dentro desta lógica, pode-se tomar a história da humanidade como a história da busca da fixação de sentido. O discurso é, portanto, a construção de sentido. Tudo tem um sentido atribuído e tem lugar na ordem do discurso, mas os sentidos não podem ser completamente fixados, porque outros significados são possíveis. Daí a impossibilidade da literalidade: o sentido é sempre precário, capaz de agregar novos elementos e incapaz de finalização.

Também dentro da concepção de Laclau e Mouffe (1985 apud PINTO, 1988), não há diferenciação entre o discursivo e o não-discursivo, porque o último não existe na ordem das coisas, não lhe foi atribuído sentido. Todo o discurso está instaurado em uma pluralidade discursiva e relacionado com práticas que lhe dão sentido anterior ao seu próprio sentido interno. Isto acaba com a idéia da essencialidade e reforça a idéia da prática social como prática articulatória e dos sujeitos constituídos a partir da interpelação, a partir do momento em que nos reconhecemos no discurso do outro.

Com base nestes pressupostos, pode-se também observar o discurso como uma construção capaz de estabelecer parâmetros de poder e, com isso, parâmetros

de entendimento. Explica-se: tomando-se a prática social como prática articulatória e os sujeitos sociais como sujeitos da interpelação, o discurso que se constitui a partir desta relação é um discurso baseado nas relações de poder. Aqui se enuncia a condição própria de existência de um discurso: quem pode falar o quê para quem em que lugar? Nesta relação, os discursos se institucionalizam porque constroem seus sujeitos de autoridade, recriam discursivamente suas condições de emergência não discursivas, isto é, seus locais de enunciação.

Laclau e Mouffe (1985 apud PINTO, 1988) reiteram a idéia de que as relações sociais são relações de poder. Daí pode-se depreender que, fazendo o discurso sentido enquanto uma relação entre os sujeitos, a ligação existente entre estas duas categorias é congênita. O poder de um discurso está no sujeito que o expressa e nas condições de sua enunciação. Dentro desta lógica, a analogia com o papel do jornalismo impresso atualmente é imediata: ali, o poder discursivo está alicerçado nos objetivos expressos da defesa dos valores democráticos e da independência com os poderes políticos institucionalmente estabelecidos. A partir destas características, o discurso advindo dali passa a ser visto pelos leitores como um discurso de autoridade. E o espaço cotidiano para a expressão mais acabada desta autoridade está nos editoriais.

Nos editoriais está colocada, principalmente, a crítica à condução política em seus mais diversos aspectos. Entretanto, esta crítica nunca é completa. Ela se inscreve, enquanto categoria, num misto entre o discurso do senso-comum – um

(...) discurso fluido (que) nesta fluidez encontra, ao mesmo tempo, sua fragilidade e sua força. Sua fragilidade porque não é institucionalizado, não luta pelo poder enquanto tal, não objetiva a construção de sujeitos, isto é, não se propõe a construir uma visão de mundo, o que, entretanto, não o impede de sujeitar. (PINTO, 1988, p. 45).

e o discurso político, que tenta construir uma visão de mundo que se apresenta como a visão dos interesses gerais da sociedade. Além disso, sua provisoriade também é

prevista por Laclau e Mouffe (1985 apud PINTO, 1988), ao afirmarem o caráter discursivo da verdade e, portanto, a impossibilidade de uma verdade única.

O poder do discurso determina sua capacidade de permanência em uma dada sociedade, sua condição essencial é a de que nunca está completamente instaurado, sua permanência é sempre provisória. Para apreender a dinâmica do discurso, a noção de condições de emergência é fundamental, tanto quando ela se refere a práticas não-discursivas como quando se refere a outros discursos presentes em uma dada época histórica. Um novo discurso sempre se instaura a partir de significados criados na pluridiscursividade. Os novos sujeitos, os novos enunciados, constroem-se a partir de velhos sujeitos, de velhos enunciados que criaram as condições de emergência do novo. (PINTO, 1988, p. 38).

Ainda no campo do poder, Orlandi (2001) afirma que o discurso é o lugar em que se pode observar a relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos. Isto equivale a dizer que, na análise do discurso, a busca pelo estabelecimento de categorias que demonstrem a tentativa de estabelecimento de poderes e de verdades, é essencial. Como lembra Dominique Maingueneau (1989, p. 33) a análise de discurso prefere formular as instâncias de enunciação em termos de 'lugares'. Trata-se, segundo Foucault, (19xx apud PINTO, 1988) de "determinar qual é a posição que pode e deve ocupar cada indivíduo para dela ser o sujeito. Isto equivale a dizer que a teoria do discurso não é uma teoria do sujeito antes que este enuncie, mas uma teoria da instância de enunciação."

Neste íterim, cabem algumas considerações acerca das possibilidades de análise que se apresentam frente aos textos publicados como editoriais. Para a sua análise, serão estabelecidos dispositivos de interpretação cujo objetivo é buscar as continuidades e as rupturas presentes no texto no que diz respeito à análise política ali contida, tanto no aspecto de crítica quanto no aspecto de tentativa de construção.

Estes dispositivos farão o percurso entre a teoria, o corpus analisado e a análise de fato. Finalizando com uma citação da mesma autora contida na abertura deste capítulo, quando se fala em interpretação,

(...) há uma parte que é de responsabilidade do analista e uma parte que deriva da sua sustentação no rigor do método e no alcance teórico da Análise de Discurso. O que é de sua responsabilidade é a formulação da questão que desencadeia a análise.

Cada material de análise exige que seu analista, de acordo com a questão que formula, mobilize conceitos que outro analista não mobilizaria, face a suas (outras) questões. Uma análise não é igual a outra porque mobiliza conceitos diferentes e isso tem resultados cruciais na descrição dos materiais. Um mesmo analista, aliás, formulando uma questão diferente, também poderia mobilizar conceitos diversos, fazendo distintos recortes conceituais. (ORLANDI, 2001, p. 27).

No bojo desta discussão teórica, algumas considerações sobre as características do material coletado e sobre como ele se insere na proposta de trabalho aqui delineada são importantes.

Uma delas diz respeito ao cenário nacional e internacional em que estes editoriais se inscrevem. Fazendo esta contextualização, estaremos atendendo ao disposto anteriormente, quando afirmamos que são necessárias outras posturas analíticas para dar suporte à própria questão da discursividade e que um dos suportes que serão buscados ao longo deste trabalho é a própria questão da análise política.

Assim, quatro focos de interesse podem ser observados:

- I. a realização de um campeonato mundial de futebol, a Copa do Mundo, onde a seleção de jogadores que representava o Brasil conquistou o título de Pentacampeão;
- II. a iminência da realização das eleições que escolherão Presidente da República, senadores, deputados federais e estaduais e governadores;
- III. o acontecimento de diversos episódios que evidenciarão uma crise na segurança pública em âmbito nacional;
- IV. o advento de uma crise econômica nacional que traz em sua narração as informações de outros acontecimento econômicos negativos em diversos países do mundo.

Os quatro elementos acima elencados puderam ser facilmente detectados nos textos de editoriais aqui analisados.

Dentro deste universo de coleta, quatro possibilidades de análise foram verificadas.

A primeira delas diz respeito à ligação que existe entre as quatro aparentemente distintas injunções apresentadas acima. A Copa do Mundo, nos textos analisados, está aliada ao espírito patriótico do eleitor brasileiro frente às eleições de outubro de 2002, ao mesmo tempo em que nos fortalece diante de uma crise econômica que assume dimensões cada vez maiores. E, não esquecendo a questão da segurança pública, não é possível um povo que, diante de tantas conquistas esportivas, não consiga soluções para tal situação.

A volta à condição de superpotência no esporte mais popular do planeta não vai mascarar os problemas do país. Na antevéspera de mais uma eleição presidencial, os brasileiros estão plenamente conscientes de suas dificuldades e sabem que é pelo exercício da cidadania – e não pela alienação esportiva – que as dificuldades poderão ser superadas. Ainda assim, não há mal algum que o povo celebre e sinta orgulho da nova conquista, pois os brasileiros vencedores sempre terão mais chance de sucesso no embate diário com a miséria, o desemprego, a violência, a corrupção e outras mazelas que assolam o país. (UM BRASIL..., 2002, p. 14).

Claro que o exposto acima fornece de forma simples e linear uma amostra do que muitos dos textos estudados oferecem em termos de análise da situação política brasileira. Para aprofundar o nosso raciocínio, passemos à segunda possibilidade de análise: o direito do veículo de falar em nome e/ou em defesa do leitor entendido como o patriota, cidadão ou eleitor. Nos editoriais, aparentemente, a defesa não acontece em momento algum em nome da empresa. Aquele que fala – que, no caso dos editoriais, nunca tem nome, endereço ou profissão, como qualquer cidadão – fala em nome de uma terceira pessoa que é o povo brasileiro. Um povo que,

segundo eles, quer mudanças que ali estão objetivamente ordenadas e, de certa forma, claramente pontuadas.

O jornalismo impresso, levando em consideração o caso específico aqui disposto, traveste-se da responsabilidade de fiscalizar, em nome do público, as ações realizadas pelos responsáveis pelo fazer político. Daí, abre-se o espaço para a realização da atividade de porta-voz do público, com direito à crítica, à cobrança e, principalmente, a dizer o que deve e o que não deve ser feito no cenário político. Tal posicionamento permite que os veículos tornem-se a instância legítima da política, acima dos erros que porventura sejam cometidos, mas associada ao acerto e à honradez. Três verbetes encontrados no Novo Manual de Redação da Folha de São Paulo ilustram o colocado acima:

(...) **jornalismo crítico** – princípio editorial da Folha. O jornal não existe para adoçar a realidade, mas para mostrá-la de um ponto de vista crítico. Mesmo sem opinar, é sempre possível noticiar de forma crítica. Compare fatos, estabeleça analogias, identifique atitudes contraditórias e veicule diferentes versões sobre o mesmo acontecimento.

Formação de opinião – o jornal é, por excelência, um órgão formador de opinião. Sua força se mede pela capacidade de intervir no debate público e, apoiado em fatos e informações exatas e comprovadas, mudar convicções e hábitos. Mede-se ainda pelo número de exemplares que vende. O jornal também é formado pela opinião pública, que o influencia e pressiona.

Mandato do leitor – nas sociedades de mercado, cada leitor delega ao jornal que assina ou adquire nas bancas a tarefa de investigar os fatos, recolher material jornalístico, editá-lo e publicá-lo. Se o jornal não corresponde a suas exigências, o leitor suspende esse mandato, rompendo o contrato de assinatura ou interrompendo a aquisição habitual nas bancas. A força de um jornal repousa na solidez e na quantidade de mandatos que lhe são delegados. (NOVO..., 1995, p. 17-19).

O limite da clareza das mudanças solicitadas está determinado, e aqui apresentamos a terceira possibilidade, pela tônica dos noticiários diários. Esta situação cria vezes extremamente interessante de serem observados. Em alguns momentos, como veremos a seguir, a crise econômica brasileira é absolutamente inevitável, sendo que o nosso destino é sermos uma nova Argentina. Em outros

momentos, o país dá mostras de recuperação, através de uma nova ação governamental que implicou ou em um reaquecimento do mercado ou em um fortalecimento frente aos países mais ricos, e este é apenas um exemplo.

A quarta possibilidade que merece ser apresentada aqui diz respeito à tônica que perpassa todos os editoriais. O seu cerne é sempre uma crítica severa à forma de condução dos destinos do país. Seguem-se a isto aconselhamentos e receitas possíveis de serem aplicados para a melhoria das situações que se apresentam.

A junção dos quatro pontos aqui referendados cria um modelo de condução do país que neste trabalho convencionou-se chamar de “a construção política pelos editoriais”. Através destas quatro possibilidades de análise, verifica-se de fato que este modelo político apresentado sorrateiramente através dos conselhos dados, no bojo de crises concretas vivenciadas diariamente, e falando em nome de todos os cidadãos, cria uma visão e um desejo de Brasil absolutamente justo, equânime, democrático e, como, como parece ser inevitável, rico.

Desta feita, a continuação de nossa proposta de análise segue alicerçada no fato do poder de um discurso estar no sujeito que o expressa e nas condições de sua enunciação, conforme nos lembra Laclau e Mouffe (1985 apud PINTO, 1988). Esta lógica é que vai alimentar a equação que possibilitará a análise dos editoriais, fazendo, conforme dissemos anteriormente, o percurso entre a teoria, o corpus analisado e a análise de fato.

Rapidamente, ainda sobre a junção dos quatro elementos acima dispostos, cabe uma breve consideração a respeito deste caráter de defesa pública assumido pelo jornalismo impresso. Além de todas as considerações postas acima, cabe atentar para as reflexões de Wilson Gomes, que muito acrescentam à análise:

A indústria da informação se orienta pelo serviço de venda de informação ao público, pela conversão do público-audiência em público-consumidor para a sua subsequente venda ao anunciante. A conquista da audiência é produzida através de codificação dos materiais informativos segundo a lógica dominante na recepção, ordenada pelos princípios da velocidade, da visualidade, da novidade, da diversão e do espetáculo. O campo da política orienta-se pela conquista e exercício do poder de conduzir o Estado e de legislar sobre a coisa pública, transformando a pretensão de validade particular em valor comum e vinculado socialmente. Como a admissão democraticamente legítima ao exercício do poder é revista de tempos em tempos pelo conjunto de sócios reconhecidos, o assim chamado povo, a conversão da opinião particular em opinião sufragada e autorizada plebiscitariamente passa a ser necessária. Há, além disso, um terceiro fator, que do ponto de vista do fluxo da indústria informação, representa ao mesmo tempo a esfera do consumo de informação (como público) oferecido ao anunciante como possível consumidor de produtos, mas que do ponto de vista do sistema político é o cidadão ou povo, soberano da decisão sobre o bem comum. (GOMES, 199-a, p. 12).

Wilson Gomes (199-a) também chama a atenção para a forma de constituição desta chamada opinião pública. Para ele, na verdade, o que se solicita é “uma mera manifestação da vontade, fiapo de tomada de decisão, forma mínima da opinião, algo que pode se dar do seguinte modo: não tenho posição ou opinião a respeito de tal matéria e essa é a minha posição. Uma disposição.” (GOMES, 199-a, p. 5). E esta chamada “disposição”, ainda segundo Gomes (199-a), muitas vezes não constitui o que os veículos chamam de opinião pública. Na verdade, ela é uma opinião publicada, uma opinião muitas vezes particular mas que ganha notoriedade ao ser encampada por determinadas esferas políticas ou sociais enquanto representativa destes segmentos. A partir dali, o trabalho da mídia acaba sendo o de reforço destas “opiniões publicadas”.

4 COMO A POLÍTICA É TRATADA PELO JORNALISMO

Duas assertivas funcionam como ponto de partida para a análise que se está propondo aqui do processo de construção política pela atividade jornalística, mais especificamente pelos editoriais: (I) a de que os jornais de fato constroem um ideal político pretensamente em nome de seus leitores e (II) que este ideal político está expresso no espaço diário dos editoriais.

A análise do material coletado, a ser desenvolvida ao longo deste trabalho busca explicitar e comprovar estes fatores. Entretanto, neste momento, cabe destacar os caminhos teóricos e metodológicos por onde esta análise passará.

A questão fundadora desta análise é “qual é a noção de política construída pelos veículos analisados através de seus editoriais?” Isto significa dizer que, na leitura dos editoriais, foram buscados os elementos que possibilitassem a verificação da forma como a atividade política acontece e como esse fazer político incide na vida dos cidadãos. Para isso, foram pontuados os agentes utilizados ao longo dos textos e analisadas as importâncias e as formas de atuação a eles delegadas dentro de um determinado contexto.

Tomando a questão acima como base desta investigação, escolheu-se a análise do discurso como o caminho metodológico mais apropriado, não reduzindo a análise do social à teoria do discurso. Ao contrário, é importante ter-se claro de que são necessárias outras posturas analíticas para dar suporte à própria questão da

discursividade. Um dos suportes que serão buscados ao longo deste trabalho é a própria questão da análise política.

Na leitura dos editoriais, alguns assuntos possuem notória frequência, tanto por serem atuais no período em que estão em pauta, quanto por uma opção editorial que é sensível ao leitor. Estes assuntos se inserem nos quatro focos de interesse já mapeados, mas têm uma recorrência observável e muitas vezes são citados como assunto principal. São eles:

- I. a sucessão presidencial que ora se aproximava, com enfoques diários nas mudanças de posicionamentos dos candidatos à disputa, em declarações entendidas como bem ou mal sucedidas, nas perspectivas oferecidas por cada candidato e por suas alianças e no que o eleitorado brasileiro poderia esperar dos candidatos mais bem colocados
- II. os riscos que a especulação financeira oferecia à economia do país naquele momento
- III. a necessidade de revigoramento das exportações (com nítida ênfase ao setor agropecuário dado pelo jornal Zero Hora)
- IV. a preocupação com a questão da segurança pública
- V. a importância de contar com aportes internacionais, como os do Fundo Monetário Internacional, sem no entanto permanecer refém destes auxílios
- VI. o alerta para as situações dadas como certas para serem enfrentadas pelo novo Presidente da República
- VII. e, por fim, uma perceptível preocupação pelo ideário das eleições, ensaiando esporadicamente discussões sobre o sentido da democracia e sobre o respeito que é devido a cada eleitor brasileiro.

Como afirmado nas páginas iniciais deste trabalho, o objetivo é traçar, a partir das leituras e das análises dos textos dos editoriais destes dois veículos, a apreciação da noção de política que é construída pelos veículos através do discurso dos editoriais. Este discurso, em um primeiro momento, coloca-se com a pretensão de falar em nome de todos os brasileiros, de todos os cidadãos.

Os editoriais citados obedecem a um modelo, no qual se adequam os assuntos que vão sendo abordados. Este modelo pode ser resumido no seguinte esquema:

Exposição do problema – elaboração de um conselho – capacidade de reversão como elemento alentador do problema. Observemos o trecho que segue:

Folha de São Paulo – 08 de julho de 2002

DECLÍNIO DA BOVESPA

A concorrência com títulos públicos altamente rentáveis, a baixa transparência e a insuficiente proteção a minoritários contribuíram para inviabilizar a popularização do investimento em ações no Brasil. A privatização teve objetivo precípua de alimentar o caixa da União, sem ajudar a desenvolver o mercado acionários. A venda de ações da Petrobras e da Vale do Rio Doce a cotistas do FGTS não passou de saudável exceção. (DECLÍNIO..., 2002, p. A2). **Problema.**

A expansão do mercado acionário brasileiro requer a solução dos entraves à retomada do crescimento: a excessiva dependência de capital externo e a elevada relação dívida pública/PIB. Um superávit comercial crescente reduziria a necessidade de financiamento externo e permitiria a aceleração do crescimento, o que demandaria novos capitais para investimento e estimularia a entrada de empresas na Bolsa. A redução da dívida pública abriria espaço para a queda dos juros, favorecendo a demanda por ações. Além disso, para dar confiança aos investidores caberia aperfeiçoar as regras de gestão das corporações e de proteção a minoritários. (DECLÍNIO..., 2002, p. A2). **Solução.**

O que se pode observar a partir do exposto acima é que os editoriais, adotam e seguem uma fórmula básica que lhes permite dar a diferentes assuntos uma espécie de tratamento padrão. E este tratamento possui na sua formulação uma

lógica didática, capaz de explicitar ao leitor como são os problemas e qual é o caminho para a sua resolução.

Se não, vejamos: na crítica que o editorial faz, isto é, no problema que levanta, o jornal estabelece uma “verdade”, expressando, através dela, a sua posição com relação à questão proposta. A “verdade”, neste exemplo é que a popularização dos investimentos em ações é bom para o país. Quais são os problemas que se apresentam? A concorrência com títulos públicos altamente rentáveis, a baixa transparência e a insuficiente proteção a minoritários, que contribuíram para inviabilizar esta popularização. Implícitas ali estão a posição e a crítica do jornal com relação à atuação do Estado no mercado de capitais. A solução proposta pelo editorial, que é a proteção ao pequeno investidor, aparece como o recurso para a retomada do crescimento. O jornal, pois, tem a fórmula.

Outro elemento deste formato é um recorrente senso-comum, como pode ser observado neste excerto do jornal Folha de São Paulo, de 03 de julho de 2002, onde a crise econômica é vista como a expressão de um “mau humor internacional”.

O mau humor internacional está retardando o ansiado alívio no mercado financeiro doméstico. (...) O que é preocupante, seja porque tais questões escapam ao controle das nossas autoridades, seja porque a fragilidade das nossas contas externas potencializa as más notícias que vêm de fora. (CRISE EXTERNA, 2002, p. A2).

O que se depreende daí é uma opção do jornal por explicações capaz de aproxima-lo do leitor. Ao invés de uma análise econômica mais profunda, a crise do mercado financeiro internacional é caracterizada como a expressão do mau-humor deste mercado. Está presente aqui também uma postura dúbia do veículo com relação à questão do mercado internacional. Por um lado o jornal, usando a idéia do mau-humor internacional, aceita a idéia de que o país sofre com a tomada de decisões sobre as quais não tem controle. Por outro, entretanto, aponta para o

problema interno da fragilidade das contas, mantendo sua posição de construtor de verdades sobre a política nacional.

Quantitativamente, o que pôde ser depreendido da leitura dos editoriais está no quadro que segue:

Ações econômicas	4 citações
Aversão dos investidores	3 citações
Crise econômica	36 citações
Decisão do eleitor	8 citações
Democracia	3 citações
PT	3 citações
Segurança pública	7 citações

Quadro 1: Folha de São Paulo

Agronegócio	1 citação
Construção Civil	2 citações
Crise Econômica	25 citações
Democracia	18 citações
Falência das Instituições	2 citações
Globalização	2 citações
Insegurança dos investidores	5 citações
Necessidade de reformas	3 citações
PT	1 citação
Segurança Pública	7 citações

Quadro 2: Zero Hora

4.1 CATEGORIAS DE ANÁLISE

A partir do depreendido da leitura dos editoriais, duas categorias emergiram a fim de responder à questão fundadora deste trabalho.

A primeira categoria pode ser resumida no dístico PODER-ENTENDIMENTO. Observemos o excerto abaixo, que fala sobre as ações da Justiça Eleitoral com relação aos partidos políticos e que foi retirado do jornal Folha de São Paulo de 18 de junho de 2002:

As decisões são por vezes contraditórias entre si e se traduzem num intervencionismo excessivo, que, no fim das contas, tem prejudicado muito as legendas pequenas e médias em favor da polarização entre a situação tucana e a oposição petista. E quem deve decidir se um partido sobrevive, fica mais forte, encolhe ou morre é o eleitor. (POLÍTICA PREJUDICADA, 2002, p. A2).

O jornal tende a colocar-se na defesa do eleitor e até mesmo de toda a sociedade civil. Neste editorial, por exemplo, sai em defesa do eleitor, tomando-o como o que deveria ser responsável pela decisão sobre os partidos, e não o Poder Judiciário, através da Justiça Eleitoral.

A forma como o assunto foi abordado nos permite entender o discurso utilizado pelos editoriais como uma construção capaz de estabelecer parâmetros de poder e, com isso, parâmetros de entendimento de toda a atividade política institucional ou de qualquer outro mecanismo social, lícito ou ilícito, de forma extremamente objetiva e fechada, não sujeita a qualquer outro tipo de compreensão. Isto está intimamente ligado ao modelo simples citado acima que expõe o problema, elabora sucintamente um conselho e conclui com uma inevitável capacidade de reversão ocasionada por fatores objetivos e/ou subjetivos. Ou, no caso citado, com uma celebração a uma espécie de poder delegado à chamada opinião pública.

A segunda categoria refere-se à noção de AUTORIDADE. Liga-se a isto o fato do poder de um discurso estar no sujeito que o expressa e nas condições de sua enunciação. Dentro dessa lógica, a analogia com o papel do jornalismo impresso atualmente é imediata: ali, o poder discursivo está alicerçado nos objetivos expressos da defesa dos valores democráticos e da independência dos poderes políticos institucionalmente estabelecidos. A partir destas características, o discurso advindo do jornalismo impresso e mais especificamente dos editoriais passa a ser visto como um discurso de autoridade. E o espaço cotidiano mais reconhecido para a expressão mais acabada esta autoridade está nos editoriais.

Cabe ressaltar, entretanto, que este poder está diretamente ligado ao público leitor do jornal. É sempre em nome dele que os ideais, valores e idéias são defendidos. E isto é levado em consideração como condição legitimadora *sine qua non*. Exemplos disso são os excertos que seguem:

Zero Hora, 02 de setembro de 2002

FRAGILIDADE PARTIDÁRIA

A esse objetivo (da reforma política) se poderia acrescentar outros, também relevantes, como o instituto da fidelidade, a adoção da cláusula da barreira, a introdução do voto distrital misto, a consagração da igualdade do sufrágio, a edição de uma legislação eleitoral com vocação à permanência. Pois não será por outra via que a democracia deitará raízes fortes na consciência dos cidadãos brasileiros. (FRAGILIDADE..., 2002, p. 8).

Zero Hora, 10 de setembro de 2002

DESSERVIÇO À DEMOCRACIA

O que se constata a esta altura da campanha, portanto, é que pretendentes ao Planalto já não agridem apenas a si próprios, mas também as instituições, o que é inaceitável. Fatos isolados e suspeitas vagas precisam ser apurados quando forem consistentes e não simplesmente se prestar para demagogia de políticos inconformados com as intenções dos eleitores manifestadas pelas pesquisas. (DESSERVIÇO..., 2002, p. 8).

No primeiro exemplo, temos a defesa de uma proposta de reforma política abordada como a única solução capaz de fortalecer a idéia de democracia na consciência de todos os brasileiros. No segundo, existe uma forte crítica à postura dos candidatos, em nome do respeito que é devido aos eleitores. A autoridade presente nos dois editoriais citados revela-se na maneira como o veículo apropria-se do que considera ser as necessidades dos eleitores brasileiros e tece considerações e, principalmente, soluções a estas indigências.

Sobre isso, ainda é interessante considerarmos alguns estudos que consideram a função do jornal como a substituição do próprio espaço público. Isto se dá pela reprodução que os jornais fazem do discurso de outros enunciadores e pela forma como este discurso é publicizado: ali são encontrados os ecos de todas as vozes públicas e, ao mesmo tempo, a voz do próprio jornal. Esta dualidade está na origem de como o jornal manipula o discurso apropriado de outros. É baseado nisso que Mouillaud (2002) estabelece as duas maiores funções enunciativas de um veículo:

A primeira delas é a de 'fazer-saber'. A finalidade dominante do discurso do jornal é a de produzir um efeito real do qual estudaram-se, sucessivamente, os procedimentos de autenticação e as estratégias de descrição. O real do jornal diário aparece, em última instância, como um alibi que esconde o pleno desenvolvimento dos saberes disponíveis do jornalista.

A segunda estratégia está preferencialmente a serviço da verdade e não da realidade. O jornalista mantém um pacto implícito com o leitor, cuja finalidade é o 'fazer crer'; o recurso ao discurso do outro é um meio para tal, seja servindo de ponto de apoio para uma derivação do discurso em direção a seu objeto, seja pelo recurso a um argumento de autoridade, que se fundamente na credibilidade do enunciador e na credulidade do leitor. (MOUILLAUD, 2002, p. 27).

Um excerto do "Manual de ética, redação e estilo" de Zero Hora, um dos jornais analisados aqui, é ilustrativo ao dizer que

Zero Hora entende que a simples publicação de versões conflitantes não é sinônimo de imparcialidade. Informações desencontradas podem confundir o leitor. Cabe ao jornal apurar a verdade, com isenção e abrangência. (MANUAL..., 1994, p. 19).

As duas citações acima nos colocam elementos reveladores da autoridade do veículo. Pela relação estabelecida na dualidade credibilidade do jornal-credulidade do leitor tornam-se possíveis posições como a defendida pelo jornal Zero Hora em seu Manual de Redação: a apuração da verdade, tarefa pertencente ao jornal, ao invés de meras informações, cuja única designação é a de serem desencontradas.

As categorias aqui elencadas permearão as análises que serão construídas nos capítulos seguintes, o que possibilitará a verificação da sua recorrência em trechos específicos dos editoriais aqui utilizados.

5 A SUCESSÃO PRESIDENCIAL CONTADA PELOS EDITORIAIS

Antes de qualquer construção analítica sobre como a sucessão presidencial brasileira durante o ano de 2002 foi apropriada pelos dois veículos impressos aqui analisados, cabe uma reflexão acerca do interesse do jornalismo por este recorte. Afora a questão da atualidade, diretamente afeta à atividade jornalística, cabe fazermos menção ao fato da política respaldar a função informativa do campo midiático. A política, nesta zona, amplifica-se socialmente, trazendo como retorno uma ampla justificativa social ao fazer jornalístico.

É ligado a isto que Carlos Eduardo Franciscato (2001) coloca a questão da atualidade como dotada de três sentidos: (1) sentido de proximidade; (2) sentido de imediaticidade e (3) sentido de relevância pública, aquele que acaba sendo reconhecido pelo indivíduo, pautado pelo jornalismo, como “indispensável para participar da vida social.” (FRANCISCATO, 2001, p. 287).

Cabe à instituição jornalística executar um papel de integrar a sociedade em um corpo coletivo. O conteúdo jornalístico atua como um recurso de ligação social e afirmação de que a sociedade é um corpo com um mínimo de homogeneidade, cujos processos, situações, atores, temas e questões podem ser conhecidos por meio de relatos jornalísticos padronizados. O jornalismo funciona, assim, como construtor de um *sentido de proximidade* entre atores e processos sociais, que é uma forma de manifestar um sentido de pertencimento a uma coletividade (proximidade física ou de identidade cultural) e um sentido de orientação (instrumental), oferecendo recursos para o indivíduo se locomover em ambientes e situações para os quais se exige uma competência avaliativa e procedimental, principalmente a respeito das questões públicas. (FRANCISCATO, 2001, p. 270).

Assim, a legitimação presente no tratamento dado a questões políticas torna-se indiscutível. Tem-se aí um espaço e um assunto considerados sérios e merecedores de profunda reflexão.

Quando o assunto é sucessão presidencial, um dos pontos que é constantemente reforçado é a necessidade dos candidatos considerarem a própria disputa eleitoral como algo menor, priorizando não a eleição, mas sim os grandes problemas do país. O jornal Folha de São Paulo (FSP), no editorial “À procura de um estadista”, de 01 de agosto de 2002, afirma que

Nesse turbilhão, os candidatos à sucessão precisam demonstrar compromisso firme não com o governo FHC, mas com as instituições democráticas e a governabilidade. Chega da retórica canhestra de apostar na piora do quadro socioeconômico. Chega de pronunciar frases ocas que apenas incendeiam as suscetibilidades dos agentes econômicos. (À PROCURA..., 2002, p. A2).

O que está acima posto é que os candidatos, sejam de que partido forem, não podem apenas mostrar em seus discursos a contrariedade com as posturas do governo anterior. Percebe-se ali uma forte disposição do jornal de mostrar aos leitores que o compromisso maior do veículo é com a manutenção e com o aprimoramento das instituições democráticas do país. Isto também significa perceber como o jornal defende o “status quo” e associa a crítica (tida como agenda negativa) à instabilidade. Durante as eleições de 2002, como é sabido, o mercado internacional foi um ator externo com grande presença na campanha, principalmente devido ao aumento do chamado risco Brasil e à desvalorização do real frente ao dólar. Temos neste editorial um exemplo bastante claro de como a imprensa utilizou este “humor do mercado” para tentar balizar a campanha.

Esta mesma tentativa pode ser percebida ao se falar da disputa existente entre os vários candidatos. Em alguns momentos, esta disputa presidencial é tratada como um processo que traz pânico e insegurança à população, conforme pode-se

observar a seguir no editorial da FSP de 04 de julho de 2002, sintomaticamente chamado de “Agências do pânico”:

Tudo somado, seria altamente desejável que os candidatos deixassem a agenda negativa e se esforçassem por expressar suas respostas programáticas ao problema interno que contribui enormemente para as turbulências por que passa o país neste momento: a vulnerabilidade externa. (AGÊNCIAS..., 2002, p. A2).

Aqui, novamente, soma-se à cobrança por uma disputa ordeira um fato que será mais especificamente discutido no capítulo seguinte: a imagem externa do Brasil. Afora isso, outro ponto merecedor de destaque é o referente às chamadas conspirações que surgem durante as disputas eleitorais. Zero Hora (ZH), em 28 de junho de 2002, dá o título de “Um fato grave” a um editorial que diz que:

Uma campanha como a atual é aliás pródiga em gerar teorias conspiratórias de todo indesejáveis. A par delas, emergem situações altamente suspeitas, como a cobrança de propina para fins políticos, na já citada prefeitura de Santo André, denunciada pelo Ministério Público. Mais do que tudo, deve-se exigir nesta hora, dos políticos brasileiros, capacidade de discernimento. Em suma: maturidade, serenidade e reverência à lei, para que, onde houver delito, seja seu responsável processado e julgado, observada à plenitude a presunção de inocência. (UM FATO..., 2002, p. 20).

“Maturidade, serenidade e reverência à lei”. Percebe-se neste tipo de posicionamento dos veículos a posição de autoridade que, verificando a importância do momento político porque passa o Brasil, observa também que este processo não pode ser prejudicado por questões pontuais, não obstante serem estas questões as fundadoras de notícias que constituem, por sua vez, a principal mercadoria dos jornais. Novamente aqui o clamor à tranqüilidade necessária para o momento que o país vive é recorrente. Ao mesmo tempo, a obrigação de verificar as denúncias a fundo e punir os culpados é outra condição apontada como necessária para a seriedade com reconhecimento internacional que o Brasil deve construir.

É o mesmo jornal ZH que, em 03 de agosto de 2002, sob o título “A crise e os candidatos” novamente chama a atenção para o país ter

(...) o dever de assegurar um ambiente adequado sob o ponto de vista econômico para a transição política. Por isso, superada a fase mais crítica das turbulências financeiras, é fundamental que, a partir de agora, a equipe econômica e os presidenciáveis demonstrem maturidade suficiente para prevenir o país dos novos contratemplos. Só assim será possível reconduzi-lo o mais rápido possível à rota desejada por todos – a da expansão econômica. Infelizmente, é provável que a retomada do crescimento se dê agora com maiores dificuldades e em percentuais menores, mas o fundamental é que ocorra de forma sustentada e duradoura. (A CRISE E..., 2002, p. 14).

O exemplo acima reforça e revela uma tentativa de balizamento que os jornais tentaram fazer, em relação aos limites possíveis da campanha, sempre se reportando ao quadro externo e às condições que o país deve possuir para adquirir estabilidade e reconhecimento internacionais.

Aliadas a isso, surgem inúmeras propostas governamentais tidas pelos veículos como inevitáveis ou primordiais para a sustentabilidade do Brasil. A questão econômica adquire vulto, com uma perceptível preocupação com o retrato externo existente da nação e como este entendimento pode ficar a partir da escolha do novo Presidente da República. Os aconselhamentos econômicos são recorrentes. O editorial “O PT e os mercados”, da Folha de São Paulo de 25 de julho de 2002, fala claramente que

O ideal para ao menos reduzir a turbulência seria os quatro candidatos principais se reunirem para definir uma espécie de pacto de governabilidade, até porque as diferenças entre suas propostas, se as promessas podem ser levadas a sério, não parecem assim tão substanciais.

Se, no entanto, as conveniências eleitorais de cada qual inviabilizarem um segundo e mais incisivo passo para explicitar suas propostas, deixando claro, por exemplo, seus planos para o BC, fornecendo detalhes de como vai tratar a questão das metas de inflação e como pretende reduzir a relação dívida/PIB. (O PT..., 2002, p. A2).

Neste editorial do jornal Folha de São Paulo, a manutenção do “status quo”, que é uma constante nos editoriais, aparece de forma muito mais elaborada: o jornal fala em governabilidade e na necessidade do estabelecimento de um pacto. Segundo a visão do veículo, não é suficiente a baliza do bom-senso. Faz-se

necessário um compromisso principalmente em relação ao ordenamento político, econômico e financeiro.

A questão do papel da oposição na disputa presidencial é outro dos pontos fortes que são levantados pelos editoriais. A noção que se constrói é que os candidatos opositoristas devem ser responsáveis o suficiente para não levar à população o sentimento de destruição do que já está feito de positivo rompendo no seu discurso, por exemplo, com as bases da estabilidade econômica. O que é possível observarmos até aqui é que os editoriais, durante a campanha, tiveram a preocupação de firmar limites, propor pactos e sugerir estratégias. A subjacência presente nestes ditames é a preocupação com a oposição ao governo de Fernando Henrique Cardoso, presidente à época. Esta preocupação refere-se tanto à necessidade da manutenção do que eram consideradas conquistas de estabilidade institucional, quanto ao que poderia ser o papel assumido pela oposição, por ela não estar diretamente comprometida com atitudes já tomadas: o de ter mais maleabilidade e mais espaço para apresentar suas propostas.

FSP de 31 de julho de 2002, diz em seu editorial “O preço da crise” que

a percepção de que o país atravessa séria crise econômica parece estar se generalizando no eleitorado. Nesse cenário, a estratégia eleitoral do governismo ganha dificuldades adicionais, enquanto as de Ciro e Lula, que se opõem ao governo, encontram terrenos menos acidentado para caminhar. O início da propaganda eleitoral gratuita, em 20 de agosto, e o desenrolar das negociações do governo brasileiro com o FMI podem voltar a alterar o campo da disputa. Nada ainda parece decidido. (O PREÇO..., 2002, p. A2).

A oposição, neste ínterim, acaba sendo tratada como o grupo, ou grupos, que tem mais facilidade para resolver os problemas. Este tratamento pode ser entendido de duas formas. A primeira seria uma compreensão do papel da oposição como menos comprometido com o desenvolvimento do país, em contraposição a grupos políticos mais responsáveis e comprometidos com questões que são entendidas

como mais sérias. Outro entendimento possível é que a facilidade encontrada pela oposição está no fato de não ter compromissos como governo, não tendo de enfrentar negociações ou defender acordos. Assim, a oposição estaria em um papel mais confortável, o que lhe propiciaria a proposição de soluções menos compromissadas para a crise.

Os conselhos existentes nos textos dos editoriais são muitos. Eles partem de uma suposta análise política feita pelos jornais o que, aliás, é um dos papéis de uma espécie de “responsabilidade social” que é assumida pelos editoriais. O tom destes aconselhamentos é sempre bastante objetivo, proporcionando uma leitura de suposta facilidade para a concretização destas ações. Observemos os três trechos que seguem abaixo:

Folha de São Paulo, 03 de agosto de 2002

INDEFINIÇÃO

É virtualmente impraticável, neste momento, qualquer solução de compromisso entre os candidatos à Presidência que vá além de um acordo político genérico. E o núcleo desse compromisso deve girar em torno da disposição de manter baixa a inflação e de cumprir a meta de superávit primário que, afinal, já estará designada na lei orçamentária quando o novo presidente assumir – contanto, é claro, que o FMI não exija um aumento drástico desse arrocho. (INDEFINIÇÃO, 2002, p. A2).

Folha de São Paulo, 21 de agosto de 2002

MATURIDADE SOB PRESSÃO

A vulnerabilidade do sistema político brasileiro aos humores dos mercados não é uma invenção da direita internacional, do Consenso de Washington ou do FMI. Trata-se de um fato concreto, vinculado à extrema exposição, induzida pela política pública, dos agentes econômicos instalados no Brasil e um ciclo global de crédito farto e barato que agora, em refluxo, cobra seu preço.

Como conseqüência, o próximo presidente estará, queira ou não, manietado por gravíssimas restrições macroeconômicas. Se afrontar os mercados internacionais, sua margem de manobra, que já será pequena, tenderá a reduzir-se ainda mais.

Um país das dimensões do Brasil não pode tornar-se um mero e impotente refém dos fluxos internacionais de capital. (MATURIDADE SOB..., 2002, p. A2).

Zero Hora, 25 de julho de 2002

A PROPOSTA E O DESAFIO

Quanto a estas (soluções de que o país precisa), o projeto da aliança petista repete verdades em relação às quais não há – nem pode haver – divergência: é preciso que se implante um modelo que combine desenvolvimento com justiça social, são impositivas as reformas tributária, previdenciária, agrária, trabalhista e política, é indispensável um projeto nacional de segurança pública e, no contexto internacional, é decisivo que a política externa represente a necessidade de afirmação do país. (A PROPOSTA..., 2002, p. 20).

Da leitura destes três excertos, podemos retirar os seguintes pontos principais:

- Esforço fiscal evitando impacto contracionista
- Inflação baixa e manutenção da meta do superávit primário
- Necessidade de reversão das restrições econômicas internacionais, sem prejuízos internos.
- Desenvolvimento com justiça social. Necessidade das reformas tributária, previdenciária, agrária, trabalhista e política, além de um projeto de segurança pública.

Ações como as listadas acima, retiradas dos editoriais, configuram, pela sua complexidade, quase um programa de governo. Afora isso, dois novos aspectos são introduzidos e merecem atenção. O primeiro deles diz respeito a uma espécie de retirada de responsabilidade dos organismos internacionais em relação à situação brasileira. Vale lembrar aqui que, à época, existia uma certa disposição nos discursos mais à esquerda de colocar a culpa pela situação em que o país se encontrava no chamado Consenso de Washington. O editorial “Maturidade sob pressão” tenta romper com este entendimento, apontando inclusive uma política pública geradora de uma exposição exagerada dos agentes econômicos instalados no Brasil, como uma das responsáveis.

O segundo novo aspecto é a aceitação do programa petista, apontando para a sua obriedade. Tem-se aí uma avaliação de um programa político de oposição como não possuidor de grandes diferenciais como relação às necessidades que em outros momentos já foram apontadas para o país. Este dispositivo assume dupla função: ele é capaz de tranquilizar eleitores e mercado sobre um grupo político que, de acordo com as pesquisas, vinha adquirindo viabilidade nas urnas e também serve como um alerta sobre a não existência de diferenças tão fundamentais entre este grupo e o grupo representante do governo atual.

Coroando os conselhos de condução necessária ao Brasil, os editoriais também reservam espaço para o que se espera dos candidatos, tanto em termos de proposta quanto em termos de qualificação necessária a estes representantes. O editorial de ZH de 08 de julho de 2002, chamado “Os meios e os fins” é emblemático sobre esta procura:

Em verdade, a regra é esta última: as farpas, as estocadas, as denúncias e os agravos mútuos. Como aqui já temos assinalado, não se há de exigir que os concorrentes demonstrem sólidos conhecimentos de teoria econômica ou uma visão profunda de ciência das finanças, embora tal fosse almejavável. Mas seria justo esperar que se manifestassem sobre tópicos dessa relevância ou ainda sobre um outro, não menos relevante. (OS MEIOS..., 2002, p. 14).

O tópico não menos relevante a que o editorial se refere é a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a sua previsão de um crescimento de 4% do PIB, um superávit primário de 3,75% nas contas públicas e uma taxa inflacionária de 4% no ano de 2004. O jornal encerra o seu editorial questionando como estes números podem ser atingidos, se os postulantes ao Palácio do Planalto, segundo o veículo, sequer ousam falar sobre o assunto.

A defesa da democracia e dos chamados “fundamentos da estabilidade” também são constantes. Mas esses compromissos não são somente internos.

Novamente a preocupação com a imagem internacional do país aparece, desta vez ligada à necessidade de manutenção da estabilidade interna. Soma-se, assim, à questão da defesa da governabilidade e à responsabilidade com os compromissos externos, uma postura ainda mais candente dos editoriais, a do medo de qualquer ameaça ao regime e, em última instância, à própria democracia. Nos exemplos abaixo, é interessante observar a referência a partidos políticos, sob a generalidade da “oposição”, de onde se pode inferir que o jornal tem a opinião de algum tipo de interesse partidário possa vir a ameaçar o regime.

Zero Hora, 18 de julho de 2002

MATURIDADE NA TRANSIÇÃO

Independentemente dos resultados que venham a ser revelados pelas urnas, o governo e os presidentiáveis precisam assumir publicamente compromissos com os chamados fundamentos da estabilidade. Sem essa preocupação mínima, que deve se sobrepor aos interesses partidários, o país e a própria democracia correm o risco de se tornar perigosamente vulneráveis. (MATURIDADE NA..., 2002, p. 28).

Zero Hora, 19 de julho de 2002

TRANSIÇÃO E DEMOCRACIA

Da mesma maneira que a possibilidade de alternância no poder é parte essencial do processo democrático, as transições devem ser tidas como uma rotina que integra o processo administrativo e compõe o ritual dessa mesma democracia. Por isso, a transparência dos governos deve estar também a serviço dos candidatos tanto da situação como da oposição, pois um deles acabará sendo levado ao comando da nação. São gestos assim que ajudam a amadurecer a democracia. (TRANSIÇÃO..., 2002, p. 18).

Como observado, a preocupação fundamental segue sendo com a democracia e com a transparência e a maturidade necessárias ao processo de transição. E a pergunta que fica é sobre o significado e sobre como funcionam operacionalmente esta transparência e este compromisso com a estabilidade. Percebe-se aqui, novamente, uma das principais características dos editoriais: uma formulação aparentemente tão complexa quanto mal-explicada, o que redund

inevitavelmente em um discurso que, quando analisado com maior profundidade, revela significados menos complexos do que os apresentados.

Um dos principais agentes econômicos com merecedores de grande destaque nos editoriais são os investidores internacionais. Sem identidade, eles são tidos como algo intangível, mas de extrema importância para a vida e o desenvolvimento econômico brasileiro. O cuidado que o futuro governo deve ter com esse ente é grande, pois sua importância – nunca bem definida – é fundamental. Um dos principais cuidados é criar na economia do Brasil um clima de “tranquilidade” para os investimentos. Vejamos os dois trechos abaixo.

Folha de São Paulo, 14 de agosto de 2002

CENA AGITADA

Pode-se alegar que encontros desse tipo (presidente atual convidando candidatos para falar sobre o acordo com o FMI) tendem a trazer poucos resultados práticos. É até provável que seja assim. Mas, num quadro em que os investidores externos apontam a incerteza eleitoral como a razão maior da sua reticência, demonstrações de que há diálogo entre as forças políticas podem ter algum efeito tranquilizador. A esta altura, alguma dose de jogo de cena faz parte do jogo. (CENA..., 2002, p. A2).

Zero Hora, 21 de agosto de 2002

A ESTRATÉGIA FISCAL

O atual governo e o próximo precisam tranquilizar os investidores, mas quem assume o ônus é o contribuinte. Na prática, a conta acaba sendo paga tanto sob a forma de manutenção da carga fiscal em patamares ainda mais elevados como de redução gradativa de repasses para áreas sociais de competência do poder público. Cabe à sociedade fazer com que (o governo) venha a atender não só aos interesses do setor público, mas também aos da área produtiva e aos dos contribuintes de maneira geral. (A ESTRATÉGIA..., 2002, p. 16).

Observa-se aqui uma preocupação muito maior com a imagem do que com a efetividade das ações que estão sendo engendradas. O que está em jogo é a demonstração de uma boa performance, o que não necessariamente precisa

corresponder à realidade. Entretanto, cabe considerar as diferenças existentes entre estes dois editoriais.

O primeiro tem como interlocutor os investidores e trata de minimizar a luta entre os diversos candidatos. Em última análise, o editorial, ao noticiar o entendimento, está na verdade buscando-o e trazendo-o para a arena do candidato do PT, que sempre havia sido visto como uma ameaça.

Já o editorial de ZH tem como interlocutor o contribuinte, ou seja, o eleitor, em uma atitude muito distinta se comparado com o editorial anterior da Folha de São Paulo. O investidor aparece como o ponto que impede os gastos sociais. O editorial inclusive faz um chamamento à sociedade, imputando-lhe a responsabilidade da fiscalização sobre a aplicação dos recursos advindos de uma carga tributária considerada excessiva. Fez-se aqui o agrupamento entre a preocupação com a criação das condições ideais para os investidores internacionais, com o resguardo, em nome dos leitores, dos investimentos nos setores produtivo e social.

A questão das reformas necessárias ao país, com ênfase na reforma tributária e previdenciária, também é recorrente. A necessidade do estabelecimento de pactos entre setores nacionais e internacionais, a concretização das reformas e a construção de um cenário econômico estável são tratados pelos veículos como mais do que compromissos dos candidatos. São tidos como fundamentos da estabilidade, da democracia e do crescimento. A bandeira de defesa de sua necessidade é justamente a falência da ação estatal. Podemos observar que a defesa destas reformas é recorrente no jornal Zero Hora. No quadro constante à página 33, já era possível observarmos a citação da necessidade de reformas no referido veículo.

Zero Hora, 11 de julho de 2002

A REFORMA PRETERIDA

Aqui, diversamente (dos países desenvolvidos), o que se presencia é a falência da ação estatal. Veja-se o caso da CPMF: foi ela instituída para assegurar à população melhores cuidados de saúde. E no entanto quem não apelar para um plano privado se verá sujeito a perder longas horas em filas de hospitais ou postos ambulatoriais, ou mesmo a não ser atendido pelo sistema público. (A REFORMA..., 2002, p. 20).

Zero Hora, 23 de julho de 2002

UMA QUESTÃO SENSÍVEL

Por esses fatos (dos problemas com o funcionalismo público), é fundamental que a questão (do funcionamento do Estado) seja debatida. O Estado precisa funcionar com eficiência – retribuindo com serviços adequados ao esforço dos contribuintes – e o poder público não pode existir com a finalidade precípua de atender os compromissos da folha. (UMA QUESTÃO..., 2002, p. 16).

Tem-se aqui a seguinte equação: Estado falido – que não atende o cidadão com serviços satisfatórios – e que é reconhecido com a finalidade principal de atender os compromissos da folha do funcionalismo. Com isso, que sentido de reforma podemos depreender? Se invertermos este raciocínio, certamente este Estado que foi tão ineficiente a ponto de gerar uma folha de pagamento que lhe consome parte significativa da receita também não é um Estado que pode transformar-se em capaz de atender satisfatoriamente os cidadãos. Uma das leituras possíveis dos excertos é a existência mais de uma proposta de minimização da ação estatal, diante da sua inépcia, do que de sua reformulação. Ou, melhor explicado: as bandeiras são sim as reformas, mas no sentido de reconhecimento das limitações, e não do aumento da funcionalidade.

Outra análise que merece ser feita é a de que existe uma postura muito cuidadosa do jornal Zero Hora quando o assunto é o papel do Estado. Se por um lado o jornal, identificado com uma postura neoliberal, mostra o descontentamento com a ineficiente ação do Estado; por outro, cobra desta mesma instância a

prestação de serviços à população. Ou seja, não há uma desqualificação completa, há, sim, o resguardo a funções que ou não são interessantes ou não podem ser assumidas pela iniciativa privada.

Por fim, uma pequena lista dos ingredientes necessários para que o Brasil faça a sua “marcha para o futuro”:

Zero Hora, 11 de agosto de 2002

UMA APOSTA NO BRASIL

A definição do papel do Estado e das funções do mercado, a reforma das organizações multilaterais e o lugar do terceiro setor são todos eles tarefas ou etapas que passam a integrar a marcha para um futuro de desenvolvimento, justiça e igualdade. (UMA APOSTA..., 2002, p. 14).

Em três linhas, uma excelente definição do que está sendo defendido pelo jornal Zero Hora e um recado claro para os postulantes ao Planalto: o Brasil precisa de reformas sim, reformas que digam respeito à definição do papel de Estado e do funcionamento do mercado e de um melhor esclarecimento sobre o lugar ocupado pelo terceiro setor, apesar desta discussão configurar-se neste contexto como acessória. Citamos somente estas por total dificuldade em definir o que são as reformas das organizações multilaterais.

Acabamos retornando à nossa reflexão anterior sobre o caráter das reformas apregoadas. Tem-se aqui, de forma muito clara, a defesa de um Estado reformulado mas não necessariamente reformado para o seu funcionamento pleno. Isto configura um entendimento político de caráter liberal, pela compreensão da existência de um ente estatal sem tantas ingerências como as observadas hoje. Coroando este posicionamento político velado, objetivo que democrata algum ousaria questionar: o bem-estar do cidadão.

Ao longo deste capítulo, nos foi possível reunir diversos elementos, presentes nos editoriais, como clamores, necessidades, prioridades, temores ou avaliações

feitas nos dois veículos analisados. A fragilidade do Brasil diante dos investidores internacionais, a necessidade de cumprimento dos acordos firmados, a urgência do estabelecimento de pactos de governabilidade, o medo de posicionamentos partidários, a ameaça à democracia foram alguns dos ingredientes que serviram de base para a análise das reformas necessárias ao país, para as posições que devem ser assumidas pelo novo governo e para a forma como o Estado deve se modernizar. As propostas dos editoriais com relação ao que deve ser mantido e ao que deve ser alterado são bastante claras e constroem, no imaginário do leitor e do eleitor, todas as necessidades e todas as aptidões que o novo Presidente da República deve conter.

6 A QUESTÃO ECONÔMICA: RECEITAS PARA TODOS OS MALES

O material analisado neste capítulo versa basicamente acerca do que os editoriais falam sobre o que deve e o que não deve ser feito, na área econômica, pelo próximo Presidente da República. Toda a discussão está envolta nos temores de uma crise internacional que inclua o Brasil como uma de suas vítimas. Ao lado de uma tentativa de explicação de como funciona o mercado, quais as ações que devem ser tomadas, quais devem ser afastadas, em que medida é bom ter o Fundo Monetário Internacional como aliado, permanecem as explicações que permitem ver a economia como uma grande manifestação da instabilidade dos humores internacionais. Mesmo com essas reduções, o discurso é possuidor de autoridade, capaz de equacionar a situação e de encontrar alternativas ou até mesmo soluções para ela. É possível afirmarmos que o interesse que o tema desperta nos jornais está pautado justamente neste afã explicativo do que acontece e do que pode vir a acontecer no país. Tem-se aí uma interessante dualidade entre a importância delegada ao assunto e uma forma muitas vezes rápida demais para tratá-lo.

Além disso, o destaque também é para as diferenças existentes entre o Brasil e a Argentina¹ e porque ainda é possível que consigamos suplantar nossas dificuldades econômicas, detendo principalmente aquele que é considerado o maior

¹ A busca desta diferenciação insere-se no contexto de crise por que passava a Argentina. Um dos fatores desta crise foi a agregação do valor da moeda local ao dólar, o que havia criado uma situação econômica artificial, que tornou-se insustentável. A crise gerou uma série de movimentações sociais e instabilidade política (sucessivos governos centrais sucederam-se em um pequeno período). Para o público leitor dos jornais brasileiros, a crise argentina era associada à surpresa pelo ocorrido: pouco se falava anteriormente sobre a real situação do país vizinho.

de todos os males: a inflação. Nesta leitura, pode-se facilmente depreender as categorias da autoridade e do poder-entendimento presentes no discurso dos editoriais. Tem-se, na maioria dos editoriais que serão a seguir analisados, o fácil entendimento da situação econômica brasileira e os encaminhamentos necessários para a resolução de quaisquer impasses.

Além disso, podemos também verificar que a maioria dos editoriais analisados configuram-se como verdadeiros programas governamentais na área econômica, falando com a brevidade de poucas linhas sobre grandes ações que devem ser engendradas na área. Sobre isso, é interessante nos apropriarmos das considerações de Neusa Demartini Gomes (2000) que, não obstante, referirem-se às adaptações necessárias de um programa político à forma publicitária, são percebidas também na análise dos editoriais, principalmente quando o assunto é economia. Segundo Gomes, nesta adaptação há a necessidade de

- I. simplificar os temas conforme as exigências do eleitor médio
- II. estabelecer uma ordem prioritária na promessa de satisfação das necessidades políticas, sempre de acordo com os interesses mais importantes do eleitorado
- III. diferenciar de maneira clara e contundente as propostas do próprio programa frente às dos partidos concorrentes.

O editorial transcrito abaixo é modelar sobre como a situação econômica é apresentada. Primeiro, uma explicação conjuntural que, pela ótica dos editoriais, torna clara a situação. Depois, uma rápida passada sobre “como o Brasil não é a Argentina”, sem entrar em detalhamentos. Por fim, o porquê devemos buscar soluções próprias para os nossos problemas. O trecho abaixo foi retirado da FSP, de 23 de junho de 2002, com o título “Histeria dolarizada”:

Designar o comportamento dos mercados financeiros como irracional não é novidade.

Ou seja, o Brasil tem uma estrutura produtiva capaz de produzir um saldo comercial maior. Combinada aos recursos oferecidos pelo FMI e às reservas, cria-se o colchão amortecedor que faz a diferença entre trajetórias de colapso sistêmico e de recessão.

No governo FHC, a dependência aumentou, mas está longe da tragédia Argentina. No Brasil, os sistemas financeiros e de pagamentos são menos internacionalizados e a estrutura produtiva pode gerar divisas.

A histeria financeira é dolarizada, mas a economia brasileira não é. (HISTERIA..., 2002, p. A2).

Temos aqui vários elementos que merecem destaque. O primeiro deles é a designação do mercado financeiro como algo irracional. A dificuldade ou o não-interesse em explicar o funcionamento deste ente chamado mercado é recorrente nos editoriais. Desta feita, temos um agente tido como de extrema importância (o mercado) cuja lógica não pode ser explicada, mas cuja ingerência sobre os rumos da economia do país é imensa.

Um segundo elemento é a configuração da nossa situação econômica como diferente da situação Argentina. Os principais diferenciais brasileiros seriam a produção interna, capaz de gerar divisas, e os sistemas financeiros e de pagamentos menos internacionalizados. Com isso, estaríamos protegidos do colapso que atingiu o nosso país vizinho.

Este diferencial entre o Brasil e a Argentina tem a pretensão de ser elucidativo sobre a nossa situação econômica. O que se depreende daí, entretanto, é basicamente uma fórmula que permite ver o Brasil com uma situação ainda possível de conserto, bastando para isso que as atitudes corretas sejam tomadas. E são estas atitudes, que devem ser tomadas pelos postulantes à Presidência da República, que constituem o ponto principal de nossa análise.

Como já mencionado anteriormente, um dos grandes atores e possibilitadores de análise da situação econômica brasileira é o investidor internacional. Para ele e para a maneira como ele deve ser tratado, grandes espaços são reservados.

O jornal FSP, de 18 de junho de 2002, no seu editorial “Restrição de capital” traça uma relação direta entre a aversão dos investidores internacionais e a necessidade do Brasil ampliar a sua geração de recursos em dólar. O mesmo jornal, em 21 de junho de 2002 (ESQUELETOS..., 2002, p. A2), insiste em dizer que “o que assusta o investidor global é constatar que o país tem uma dívida bruta que supera os 70% do PIB”.

Temos aqui uma grande ênfase neste agente chamado investidor internacional. O que se percebe nestes dois editoriais é o clamor para que o novo governo brasileiro tenha consciência da importância deste ator e tome as devidas providências para que ele não desista de investir no Brasil.

Nos dois trechos abaixo, é possível verificarmos a urgência da tomada de providências, por parte do governo, para reverter um cenário que não é bem visto pelos investidores.

RESTRIÇÃO DE CAPITAL

De todo modo, a maior aversão dos investidores internacionais ao risco dos países emergentes impõe a necessidade de o Brasil ampliar a geração de recursos em dólar, seja para honrar as dívidas, seja para financiar novos investimentos produtivos. (RESTRIÇÃO..., 2002, p. A2).

ESQUELETOS REAIS

O que assusta o investidor global é constatar que o país tem uma dívida bruta que supera os 70% do PIB. É perceber que o prazo de financiamento desse passivo se torna a cada dia mais curto e as taxas de juros, proibitivas. Além disso, o governo acaba de reconhecer a existência de mais R\$ 11 bilhões em ‘esqueletos’. Juros e dólar altos também oneram a dívida pública, enquanto a queda no crescimento no país e no mundo tornam mais duvidosas as perspectivas de o setor privado pagar suas próprias dívidas, em reais ou em dólares. (ESQUELETOS..., 2002, p. A2).

O interessante nestes dois editoriais, assim como em outros anteriormente examinados é a centralidade colocada na figura do investidor estrangeiro que se torna uma espécie de fiador da viabilidade do país. Na verdade, a questão posta pelos jornais, mesmo que implicitamente, é de qual candidatura é capaz de dar conta do preparo do país para receber investimentos. Está dado o recado para o eleitor de quais promessas de campanha merecem crédito: a que fala em ampliação da geração de recursos em dólar, em diminuição da dívida bruta e em retomada do crescimento.

Mesmo em um cenário aparentemente tão desfavorável, alguns alentos sobre a forma como o Brasil é visto no exterior existem, como se pode observar no trecho abaixo, que fala sobre a vinda da vice-diretora do Fundo Monetário Internacional (FMI) ao Brasil. Sua vinda, entretanto, vista por uma análise da época em que vivemos, acabou por não parecer tão promissora. O trecho é da FSP de 23 de julho de 2002.

MENSAGEM DE FUNDO

Gerou boas expectativas a vinda ao Brasil da vice-diretora do Fundo Monetário Internacional, Anne Krueger.

Agora, quando os gastos militares e a desaceleração da economia americana levaram o governo a ampliar a sua dívida, ficará ainda mais difícil convencer as autoridades e a opinião pública dos EUA de que deveriam ajudar países 'submergentes' a superar crises financeiras.

Se há uma mensagem de fundo que duas das principais autoridades financeiras do planeta estão transmitindo, ela não é das melhores para países como o Brasil, altamente endividados em moeda estrangeira. (MENSAGEM..., 2002, p. A2).

Temos aqui um momento de mudança de discurso, da forma como uma mesma situação pode ser entendida. Retomando Maria da Graça Krieger (1990), temos aqui também um exemplo de como a notícia é apropriada pela opinião e, mais especificamente, pelos editoriais. O raciocínio é o seguinte: a vinda da vice-diretora não poderia passar em branco, e todo o noticiário compreendia esta visita como um

símbolo de bons auspícios para o Brasil. E é este o tom inicial da opinião. Entretanto, levando em consideração o caráter do espaço dos editoriais, uma análise mais apurada fez-se necessária e assim, o cenário internacional e a forma como principalmente os Estados Unidos inscreviam-se à época neste cenário (ressentimento pelo ataque ao World Trade Center, iminência do ataque ao Iraque e problemas na economia interna) acabavam na constatação de que a visita poderia significar nada mais que uma deferência ao fato do país estar seguindo rigorosamente os ditames do Fundo Monetário Internacional.

Cabe salientar também que, através do mecanismo apresentado por Maria da Graça Krieger (1990), os editoriais têm um claro tom de monitoramento da política econômica. Apropriando-se de eventos factuais, em suas análises aplaudem medidas, interpretam visitas, propõem próximos passos para o governo e para os candidatos.

Outro grande destaque é para os instrumentos que devem ser utilizados na condução econômica. E, cabe reiterar, quando o assunto é economia interna, os dois elementos mais recorrentes são a queda na taxa de juros e o controle da inflação. Observemos os dois excertos abaixo:

Folha de São Paulo, 19 de junho de 2002

A DÚVIDA DOS JUROS

Mesmo tendo a sua lógica, a hipótese de uma subida dos juros parece a mais remota. O BC provavelmente optará por outros instrumentos para administrar o câmbio. (A DÚVIDA..., 2002, p. A2).

Folha de São Paulo, 04 de julho de 2002

MAIS INTERVENÇÃO DO BC

A resposta na taxa de câmbio foi imediata, mas pouco expressiva. O dólar ontem fechou cotado a R\$ 2,85, com desvalorização de 1% em relação ao fechamento do dia anterior. Desse ponto de vista, as decisões do BC parecem corretas, mas, os prêmios exigidos para realizar a troca de swap cambial mostram que sem uma melhora no cenário internacional dificilmente haverá mudança significativa das expectativas. (MAIS..., 2002, p. A2).

Ambos deixam bastante claro que tipo de intervenção econômica deve vir do governo: nenhuma chance para aumento nos juros e pequenos acionamentos no câmbio. O clamor ali citado é retirado das expectativas dos grandes investidores e dos grandes empresários. O segundo editorial aproveita o ensejo da discussão de uma questão interna para lembrar que ela não está descolada do cenário internacional, deixando bem marcada a necessidade de atenção nas duas esferas. Observe-se também a questão do dólar e a timidez com que a sua queda é tratada. Isto é reflexo do fato que, diante da queda na cotação da moeda americana, se temos uma pequena diminuição nos preços internamente, temos também a construção, presente nos editoriais, de um grande temor por parte dos exportadores, como pode ser visto alguns dias depois:

Folha de São Paulo, 12 de agosto de 2002

DÓLAR-SANGUE

Nesse contexto (de vulnerabilidade do mercado interno frente às oscilações internacionais), é urgente apoiar exportadores e privilegiar setor capazes de substituir importações.

Outra parte dos dólares pode ser usada com inteligência e parcimônia para estimular setores capazes de trazer mais moeda forte ao país.

Além de irrigar setores produtivos, o crédito ao comércio exterior é um meio mais seguro de fazer com que o paciente dependa menos de transfusões caras e cada vez mais raras. (DÓLAR-SANGUE, 2002, p. A2).

O editorial mostra claramente a preocupação do jornal em se colocar como representante de um conjunto de setores diversos: exportadores e investidores. Vimos anteriormente a presença dos investidores como atores essenciais nos editoriais, quando o tema era o equilíbrio financeiro do país. Aqui, com esta mesma função, aparece o exportador como um ator interno a quem é delegada uma grande importância: a de irrigar a economia brasileira com dólares, podendo assim reanimar o ciclo da produção interna.

Ainda se falando em clamor, outro pedido constante é por uma chamada “verdadeira política de desenvolvimento.” A Folha de São Paulo é o jornal que mais reverbera este sentimento. No dia 30 de junho de 2002, no seu editorial “Origens da riqueza”, o jornal dizia que “Depois de duas décadas perdidas, o Brasil continua órfão de um modelo de desenvolvimento econômico. A riqueza que se produz é mal distribuída, e o seu crescimento carece de bases sustentáveis.” (ORIGENS..., 2002, p. A2). Aliado a isso, há outro excerto, do mesmo veículo, esse de 05 de julho de 2002, chamado “Medo da inflação”:

É fundamental continuar discutindo para atingir um consenso acerca do nível de inflação e do regime de política monetária mais adequados a um país com as características do Brasil. Mas esse é apenas um instrumento entre os vários requeridos para implementar o que ainda falta, uma verdadeira política de desenvolvimento. (MEDO..., 2002, p. A2).

Vê-se aqui o lançamento das bases, aparentemente justas, para todas as esferas sociais, para o chamamento à formatação de um modelo econômico brasileiro colocado de forma bastante direta e objetiva, pontuando claramente as ações a serem tomadas e a direção por onde o novo governo deve seguir. Esta chamada política de desenvolvimento configurar-se-ia como o corolário de todas as ações econômicas capazes de revigorar o crescimento do país. É neste íterim que os editoriais que falam de economia adentram em questões sociais, como a necessidade de melhorar a distribuição das riquezas.

Se em outro momento já citamos o jornal Folha de São Paulo em defesa dos exportadores como atores internos merecedores de maior atenção, cumpre também observar que, quando o assunto é a defesa dos produtores de forma mais direta, o jornal Zero Hora traz bons exemplos. A sua defesa ao setor produtivo, mais especificamente aos ligados à economia gaúcha (agricultura e pecuária) é freqüente e sinaliza evidentes interesses econômicos. O editorial do dia 10 de julho de 2002,

intitulado “Nocaute na produção” inicia com uma análise da situação econômica brasileira para acabar em uma veemente defesa dos setores produtivos gaúchos.

Defesa esta que, segundo o veículo, deve ser prioritária para o governo que assumir:

Na avaliação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pelo dado oficial, a queda recorde (5,1% em maio em relação a abril) deve-se à instabilidade do mercado financeiro, que se somou aos juros elevados, ao desemprego e à diminuição da renda do trabalhador.

O atual governo e os candidatos que pretendem sucedê-lo têm o dever de assumir tal compromisso (de reversão da situação), o que implica esclarecer que medidas adotarão para ultrapassar de vez essa fase de dificuldades enquanto o custo, mesmo que elevado, ainda é suportável. (NOCAUTE..., 2002, p. 16).

O jornal assume aqui uma posição de analista objetivo, sua linguagem é acadêmica e os dados são de um órgão do governo com alta legitimidade. Portando estas credenciais, o editorial diz com autoridade o que o governo no poder e o próximo devem fazer. Além disso, as condições para a retomada do processo produtivo são claramente pontuadas:

Zero Hora, 15 de julho de 2002

CONDIÇÕES PARA A RETOMADA

Países diante de profundas dificuldades fiscais como o Brasil só podem enfrentá-las com expansão da atividade econômica. Nada melhor do que o início de um novo governo para colocar em prática a busca desta meta, com base na redução dos juros e de uma reforma tributária que estimule o setor produtivo e, particularmente, as exportações.

A expansão econômica prometida pelos candidatos, portanto, não ocorrerá por milagre, mas com a adoção das medidas necessárias. E, seja qual for o eleito, só se manterá além dos curtos períodos registrados até agora se o futuro governo perseguir alguns objetivos, como uma reforma tributária que desonere a produção e investimentos em capital humano para sustentá-la. (CONDIÇÕES..., 2002, p. 14).

Neste trecho, o jornal juntou a sua defesa aos produtores a um recado claro ao governante que seria eleito: a necessidade da priorização de uma reforma tributária. Os moldes para a sua formatação estão postos: desoneração do setor produtivo e das exportações. Junto com isso segue também outra necessidade, não claramente colocada, mas facilmente compreendida: a necessidade de uma reforma

trabalhista que torne mais baratos os investimentos em capital humano capazes de sustentar a produção.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) também é agente importante no cenário econômico brasileiro. No ocaso do governo Fernando Henrique Cardoso, em 2002, o governo brasileiro obteve um empréstimo junto ao Fundo. As repercussões do fato foram muitas e oscilaram entre a euforia, a lamentação pela dependência internacional e até mesmo sobre a falta de tino da equipe econômica do governo FHC cuja ação, segundo alguns, favoreceria muito mais o governo que iniciaria a partir de janeiro de 2003. Muitas são as manifestações tendo o FMI como elemento de análise.

Todos os excertos analisados a seguir, convém salientar, foram retirados do jornal Folha de São Paulo e estão cronologicamente colocados. Observa-se aqui uma postura possuidora de algumas reservas mas otimista com o acordo. No que diz respeito à sucessão, os posicionamentos são basicamente dois. O primeiro deles diz que o auxílio econômico trará tranqüilidade à transição e, o segundo, que ele provavelmente trará mais benefício ao candidato da oposição que ao da situação, referindo-se ao fato de que a calma financeira poderia ser muito melhor aproveitada pelo candidato Lula que, neste quadro de suposta tranqüilidade, teria condições de atacar em outras frentes. Além de, é claro, poder atacar o novo empréstimo tendo a prerrogativa de beneficiar-se dele mais tarde.

Folha de São Paulo, 10 de agosto de 2002

O ACORDO E A POLÍTICA

A manter-se o atual cenário de tensão nos mercados – mas sem uma ruptura caracterizada, por exemplo, por calotes em cadeia na dívida externa privada do país ou por uma medida defensiva extrema como a centralização do câmbio -, será de esperar que, em vez da chapa de Serra, a oposição ao governo FHC seja a mais beneficiada pelo socorro do Fundo ao Brasil, por mais paradoxal que essa tese possa parecer. (O ACORDO..., 2002, p. A2).

Cumpra observar que, passados alguns dias, o otimismo com o empréstimo desaparece e dá lugar ao temor. Observemos o trecho abaixo, retirado da FSP de 21 de agosto de 2002, chamado “Apoio coerente”:

Já está claro que o acordo com o FMI não reanimou os bancos e investidores privados a ofertar crédito ao Brasil. E, sem alguma retomada do crédito privado, o empréstimo do FMI é insuficiente para sanar a escassez de dólares no Brasil. Logo, o abrandamento dos critérios de classificação de risco impostos pelos principais bancos centrais tornou-se um requisito para que o empréstimo do FMI possa efetivamente ajudar a reverter a crise cambial brasileira. (APOIO..., 2002, p. A2).

O que o jornal coloca aqui é somente o consentimento do empréstimo não é mecanismo suficiente para resolver um problema que, como vimos, é preocupação recorrente em vários momentos: a necessidade de fortalecer as exportações para que o afluxo de dólares no país não dependa somente do que for liberado pelo empréstimo. Valor este que, segundo a FSP, não é suficiente para reanimar o mercado, bastante escaudado com o FMI devido a experiências passadas mal-sucedidas. Alia-se aqui a falta de otimismo com o empréstimo com a reverberação da necessidade da consecussão de crédito privado capaz de animar os setores produtivos.

E as reservas com relação ao empréstimo não param por aí:

Folha de São Paulo, 14 de julho de 2002

FMI NÃO É CALMANTE

Os mercados estão escaudados justamente com a fragilidade dos acordos com o FMI. O governo FHC já estava reeleito e parecia manter total hegemonia sobre a condução da política econômica quando firmou, em 1998, o acordo com o FMI que assegurava ao mundo a continuidade da âncora cambial. Mas ela foi por terra no início de 1999, sob o mesmo presidente e a mesma equipe econômica.

Quem estará disposto a acreditar em novas promessas, compromissos e metas no final de um governo que, ademais, tem dificuldades para fazer o sucessor? E enfrenta, novamente, os efeitos de anos de adesismo a políticas econômicas que fragilizam as finanças do país? (FMI..., 2002, p. A2).

Folha de São Paulo, 27 de julho de 2002

ABSURDOS DA CRISE

Isso (o empréstimo conseguido ao final de um governo e que teria de ser arcado pelo próximo) significa que antes e acima da possível ajuda do FMI ao país precisa o Brasil, governo e oposição, produzir em poucas semanas a adesão a um ajuste imposto pela instituição, que representa os interesses dos EUA e da comunidade internacional.

Obter tal consenso é hoje algo menos improvável, embora em tempos normais soasse como absurdo. Mas, na crise atual, os absurdos são freqüentes e acontecem a toda hora. (ABSURDOS..., 2002, p. A2).

Tem-se aqui talvez uma das mais duras críticas à condução econômica do país feita pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. O jornal utiliza-se da memória de acordos anteriores para lembrar aos seus leitores que o empréstimo conseguido em 1998, pelo mesmo governo, sob o pretexto de manutenção da âncora cambial que garantia a paridade entre o dólar e o real, não atendeu a este objetivo.

Com isso, o jornal critica principalmente a tranqüilidade com que o governo brasileiro adere aos termos do acordo com o Fundo, não levando em consideração as necessidades econômicas internas. A crítica, como podemos observar no editorial de 27 de julho, passa também pela postura da oposição na eleição de 2002. Ao se referir ao consenso que seria necessário em torno do acordo, a Folha fala dos absurdos que podem ser conseguidos diante de uma crise. O que se pode depreender daí é a sinalização, pelo jornal, da não existência de diferenças fundamentais, no que tange à condução econômica, entre o governo e a oposição com reais chances na disputa eleitoral, o Partido dos Trabalhadores. Deste cenário é que vem a conclusão da facilidade da obtenção de um consenso.

A dura colocação da FSP entra em confronto evidente com as posturas políticas e econômicas de manutenção das conquistas obtidas durante o governo de

FHC que puderam já ser observadas em outros trechos. Conflito maior ainda pode ser observado no texto que segue:

Folha de São Paulo, 31 de julho de 2002

PALIATIVO PREMENTE

Mas na hipótese de que não se chegue a um acordo com o FMI, ou de que o valor emprestado seja visto como insuficiente, o Banco Central provavelmente teria de subir bastante os juros para conter a alta do dólar, levando a atividade econômica a entrar em franca retração. A incerteza, exacerbada, pairaria perigosamente sobre o quadro sucessório. (PALIATIVO..., 2002, p. A2).

Se nos dias 14 e 27 de julho tínhamos um quadro de profundo descontentamento e desconfiança com relação ao acordo firmado, no dia 31 do mesmo mês temos o claro temor do não acordo. Às vésperas da assinatura do contrato, o jornal ameniza as suas críticas e reage invertendo o foco das suas preocupações. Como pontuado no início deste capítulo, o jornalismo muitas vezes utiliza-se de expedientes que são muito próprios da campanha política: a simplificação dos temas tendo como parâmetro o eleitor médio e o estabelecimento de uma ordem prioritária na promessa de satisfação das necessidades, de acordo com os interesses do eleitorado. Isso acontece ainda mais fortemente no trecho a seguir:

Folha de São Paulo, 04 de agosto de 2002

À ESPERA DO FMI

O mais provável, aliás, é que a grave crise atual leve o país a um ajuste pela recessão, com expressivo aumento do desemprego, mas sem descontrole inflacionário ou colapso da dívida pública provocado por uma hiper-desvalorização cambial. (À ESPERA..., 2002, p. A2).

A ameaça agora não é mais a quantidade insuficiente de dólares e nem o pequeno financiamento à produção elementos que, em uma primeira leitura, não dizem respeito aos anseios do leitor. Pior do que não assinar o acordo, pela ótica do jornal, neste momento, é não conseguir as benesses advindas dele e entrar em um quadro de ainda maior recessão. Isso traria de volta dois fantasmas que encontram

muito eco nos cidadãos: o aumento do índice de desemprego e o retorno da inflação. Inverte-se assim o posicionamento do jornal e o foco da sua análise: o acordo é visto como positivo principalmente para os que precisam de emprego e para os que não podem ter sua renda mensal ainda mais comprometida com o aumento dos preços. Além da inversão, tem-se o descolamento dos assuntos: sob esta avaliação, a produção interna não estaria ligada à oferta de empregos ou ao custo do produto final.

Folha de São Paulo, 08 de agosto de 2002

EM BOA HORA

O alvo do anúncio, tanto pelo seu 'timing' como por suas cláusulas é um só: estimular a retomada das linhas de crédito privadas ao Brasil. O acordo 'dará certo' se, e somente se, for alterada a expectativa dos investidores internacionais sobre a economia brasileira. Não será um bom sinal, nesse sentido, se o Banco Central tiver de voltar a intervir pesadamente no mercado à vista do dólar – se o nível das reservas se aproximar do limite de US\$ 5 bilhões.

O acordo com o Fundo – embora custoso para o nível de atividade, a renda e o emprego – pode ser uma ferramenta eficaz de transição. Para isso, precisa haver uma combinação entre um ambiente externo menos desfavorável (o que não depende apenas das expectativas em relação ao Brasil, mas também da trajetória da economia norte-americana) e uma condução macroeconômica atenta das autoridades brasileira. Registre-se que a transição brasileira só se completará quando o país se mostrar capaz de produzir saldos comerciais volumosos e crescentes.

Ainda há riscos. Mas as perspectivas para o Brasil indubitavelmente melhoraram com o socorro do FMI. (EM BOA..., 2002, p. A2).

A partir da assinatura do acordo, o jornal comemora, mas com algumas reservas. Há o retorno para uma análise de cunho mais técnico, priorizando a questão das linhas de crédito privado que, segundo o veículo, são necessárias para a retomada da produção. Existe também uma profunda contradição no segundo parágrafo citado acima, quando a FSP fala dos custos que o empréstimo trará para a renda e o emprego. Como pudemos observar, há quatro dias o posicionamento era bastante diferenciado.

Folha de São Paulo, 09 de agosto de 2002

FÔLEGO PARA AGIR

No entanto, é consensual que esse acordo é apenas um paliativo – importante para permitir ao país fazer a transição presidencial num ambiente menos turbulento, mas insuficiente para robustecer as contas externas de maneira duradoura.

Com o empréstimo, o governo brasileiro ganhou tempo – o que era crucial. Agora, é importante que esse tempo seja aproveitado para acelerar iniciativas voltadas a reforçar a capacidade exportadora do país.

Entre as iniciativas que caberiam encaminhar a curto prazo estão medidas de desoneração tributária das exportações. O Congresso poderia apreciar rapidamente tais medidas. Parte delas poderia entrar em vigor em prazo breve. Ao lado disso, caberia reforçar o financiamento aos exportadores (até porque não será imediata a recomposição das linhas externas de crédito à exportação, que se contraíram muito recentemente).

Diversas outras ações no campo das políticas comercial, industrial e tecnológica poderiam ser ao menos lançadas ainda neste governo. O fôlego propiciado pelo acordo com o Fundo precisa ser bem aproveitado. (FÔLEGO..., 2002, p. A2).

Afora as comemorações sobre o acordo, existe o resguardo do espaço da crítica, um dos mais afetos do jornal. É neste nicho que o veículo consegue manter uma suposta isenção e o seu papel de monitor das percepções do leitor. Além disso, percebe-se aqui o retorno para outra das tarefas mais recorrentes dos editoriais: a construção dos aconselhamentos. Depois de posicionar-se sobre o acordo, o veículo sente-se novamente confortável para dizer ao novo ocupante do Palácio do Planalto, o que fazer com o fôlego obtido a partir do empréstimo, de forma muito clara e até mesmo didática.

Outro ponto ligado eminentemente à questão econômica e ao posicionamento do novo presidente é o fato do Brasil não sofrer a mesma bancarrota da Argentina. Neste ínterim, ambos os veículos são pródigos em explicações. No afã de explicar porquê o Brasil não iria para o mesmo caminho da vizinha Argentina, à época no desvendar da sua crise econômica, foi criada uma contenção entre a situação brasileira e o restante da América Latina, estabelecendo as nossas diferenças. As comparações, muitas vezes forçadas e despropositadas, trabalham na criação de

um imaginário de um Brasil que pode dar certo, fugindo do fracasso de outras experiências latino-americanas:

Folha de São Paulo, 24 de junho de 2002

A CRISE, SEMPRE

Nesse aspecto político-institucional da crise, o Brasil parece constituir exceção. Por toda a América Latina se vive um processo de questionamento dos partidos políticos tradicionais, como demonstram a ascensão de líderes carismáticos como Hugo Chávez na Venezuela, por um lado, e a constituição de frentes partidárias exógenas ao sistema tradicional como a de Alejandro Toledo, no Peru, e a de Vicente Fox, no México. No Brasil, pelo contrário, os principais partidos se fortalecem.

As instituições democráticas implantadas a partir da segunda metade dos anos 80 no Brasil têm resistido ao baixo crescimento econômico e à persistência de gravíssimas desigualdades sociais. Mas o preço pago pela sociedade por não ter enfrentado suas mazelas econômicas e sociais é cada vez mais alto. A insegurança crescente da vida nas grandes cidades talvez seja o indicador mais dramático da incapacidade do sistema político de proporcionar esperança de um futuro melhor para a parcela majoritária da população. (A CRISE, SEMPRE, 2002, p. A2).

Para falar destas diferenças, o jornal Folha de São Paulo opta por explicações que aliam informações históricas à análise conjuntural. Tem-se, de acordo com esta visão, a conformação de um Brasil cuja estrutura política resiste às crises econômicas. Entretanto, o veículo segue dizendo que, não obstante este fortalecimento político, convivemos com crises sociais cada vez maiores, com as quais o sistema político é incapaz de lidar. Conclui-se a partir disso que este “lugar de exceção” que, segundo a Folha, o Brasil constituiria dentro da América Latina, não fica claramente marcado, pois o editorial constrói uma diferença que acaba desembocando em igualdades.

Zero Hora, 05 de julho de 2002

ESPAÇO PARA O ENTENDIMENTO

Decorre tal cenário (do pessimismo que cerca o Mercosul) do gravíssimo impasse vivido pela Argentina, da recessão em que imerge o Uruguai, das dificuldades políticas do Paraguai e dos ataques especulativos que vem sofrendo o real, na esteira do aumento do risco país decretado por analistas distantes da realidade brasileira. Como se não bastasse, o acordo automotivo entre Brasil e

Buenos Aires acaba de ser postergado, novamente por dificuldades técnicas de nossos vizinhos – e resta esperar que tal dilação não termine por prejudicar ajuste bilateral no mesmo setor entre nosso país e o México. (ESPAÇO..., 2002, p. 20).

Observamos que o jornal Zero Hora tem uma avaliação do lugar do Brasil na América Latina muito marcada por questões econômicas. Por tratar-se de um jornal predominantemente voltado ao Rio Grande do Sul e aos negócios que este estado tem com os países vizinhos, foi criado o entendimento de uma espécie de Mercosul gaúcho, muito mais voltado aos interesses comerciais dos grupos agropecuários do Rio Grande do Sul do que à inserção de todo o Brasil no acordo.

Podemos entender destes apontamentos, uma prerrogativa: os jornais brasileiros quase não falam da América Latina. Há, inclusive, a brincadeira que diz que, quem quiser saber as notícias latino-americanas, deve assistir à CNN. Afora todas as explicações pretensamente econômicas, políticas e sociais, existe uma questão básica, não pontuada, mas premente: o Brasil não é reconhecido como América Latina. É deste ponto que advém qualquer outra explicação. Senão, vejamos, o Brasil tem problemas como qualquer outro país vizinho, mas a nossa crise não atinge as mesmas proporções de desespero e de clamor popular que impera em outros países. O nosso diferencial estaria na solidez da democracia e das instituições democráticas.

A preocupação com a imagem externa do Brasil, a defesa de determinados setores produtivos, a delegação de importância aos investidores internacionais, os posicionamentos acerca do empréstimo obtido junto ao FMI e as diferenças existentes entre o Brasil e a Argentina são os elementos constitutivos da análise proposta por este capítulo. Observamos aí, nos dois veículos analisados, uma postura comum de entendimento constante da situação e de elaboração de

explicações ou de soluções que passam invariavelmente pela preocupação que o jornal tem com o seu leitor e com a escolha que ele deverá fazer nas eleições que então se aproximavam. As análises de cunho econômico serviram como dicas da condução que o país necessita de seu próximo presidente e funcionaram como eficientes ferramentas de construção destas mesmas necessidades.

7 OS EDITORIAIS COMO BALUARTE DA DEMOCRACIA

Mais além da importância da sucessão presidencial, o que os editoriais trazem é a necessidade de que este processo se dê de forma transparente e democrática. A democracia, nos textos, pode ser entendida como a possibilidade de participação através do voto e cuja garantia deve ser compromisso assumido pelos concorrentes a fim de garantir a legitimidade do processo.

O que se pode perceber é que todas as ações dos governantes e dos que estão para assumir este posto deve ser pautada pelo ideário democrático. Desta feita, a vigilância social, principalmente através dos veículos de comunicação é fundamental. A cobrança pela manutenção da estabilidade democrática, o que é considerado mais nobre do que a mera disputa, é constante, e a colocação dos editoriais como os porta-vozes dos seus leitores neste processo é, como já vimos em outros momentos, a tarefa considerada mais digna. O editorial abaixo pode ser visto como modelar no que tange à visão de democracia presente nos textos:

Folha de São Paulo, 17 de julho de 2002

CORTINA DE FUMAÇA

É muito cedo para que a campanha desvie seu curso do que o eleitor quer e precisa saber, que vem a ser a apresentação das idéias, do histórico e do grupo político de cada pleiteante à sucessão presidencial.

Talvez o pior dos males associados às estratégias desqualificadoras seja o diversionismo. Ocultam-se do eleitor informações e teses que o ajudariam a formar melhor juízo acerca dos candidatos, evitando a sensação de que votar seja passar 'cheque em branco'

Candidaturas são projetos coletivos. Elas coletam na sociedade apoios específicos e, portanto, representam constelações de interesses também específicas. Reduzir a campanha a um bate-boca entre candidatos é, portanto, uma forma de não informar o eleitor

sobre esse lado decisivo da política; uma forma de, no final da contas, ludibriá-lo. (CORTINA..., 2002, p. A2).

Foi-nos apresentada aqui uma equação. Numa primeira linha, a apresentação das idéias dos candidatos e do seu histórico como elemento positivo e o diversionismo que leva ao ocultamento das idéias como elemento negativo. Na segunda, as candidaturas construídas como processos coletivos como fator positivo e a redução da campanha eleitoral à bate-boca como algo negativo. Pela ótica do veículo, como resultado desta equação, caberia ao leitor do jornal verificar como irão pesar estes elementos na sua escolha. Outra leitura possível é que o jornal estaria apresentando, através desta equação aparentemente objetiva como qualquer outro cálculo matemático, a forma como cada um dos candidatos serão avaliados no seu espaço de opinião.

Um ponto que merece ser destacado desde o início deste capítulo são as declarações dos dois veículos analisados a respeito de seu papel no pleito. Longos editoriais foram escritos sobre o assunto. Os excertos que seguem são ilustrativos das posições diferenciadas entre os dois veículos. A Folha de São Paulo fala sobre um expediente de suposto auxílio à escolha do eleitor; já a Zero Hora aposta na retórica para explicar o posicionamento de seus veículos durante a escolha eleitoral:

Folha de São Paulo, 23 de agosto de 2002

CANDIDATOS RASTREADOS

Mas o trunfo imediato da publicação dos resultados do rastreamento do Datafolha (pesquisa de monitoramento de opinião que o jornal passou a publicar neste dia) será o de, ao democratizar o acesso a informações, ajudar a sanar uma distorção. Bancos, corretoras e assessorias de candidatos já têm acesso cotidiano a dados desse tipo, embora não os divulguem. Muitas vezes eles são usados como informação privilegiada para especular no mercado financeiro. Esse tipo de expediente ficará mais difícil a partir de agora, com mais esse serviço que a Folha oferece ao leitor. (CANDIDATOS..., 2002, p. A2).

Zero Hora, 06 de julho de 2002

A RBS E O PLEITO

Em vista disso (do compromisso com os seus leitores), a RBS renova publicamente seus compromissos com a isenção, com a ética e com o apartidarismo, a fim de proporcionar ao público de seus veículos de comunicação uma cobertura jornalística equilibrada, independente e construtiva.

A RBS acredita que a adoção das medidas mencionadas neste editorial e de outras constantes nos manuais internos de orientação da empresa facilitarão a cobertura ampla e independente que seus veículos planejam fazer do processo eleitoral, contribuindo assim para que as populações do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina exerçam com liberdade e discernimento o direito de escolher seus representantes nos parlamentos e nos governos. (A RBS..., 2002, p. 14).

Sob a égide da responsabilidade pelo esclarecimento do eleitor e pela preservação de uma disputa pautada pela democracia, um dos assuntos abordados são as denúncias sobre supostos pagamentos de propinas para a formação de fundos de campanha ao Partido dos Trabalhadores (PT). Utilizando-se do caso da Prefeitura de Santo André, em São Paulo, onde o irmão do prefeito denunciou a existência dessas cobranças, o jornal Folha de São Paulo faz uma ligação entre este caso e o caso Fernando Collor de Mello, cuja derrocada também iniciou pelo o que o jornal chamou de “razia familiar”. Isto equivale a uma grande provocação em um período pré-eleitoral, principalmente no que tange à comparação de uma suspeita com um governo comprovadamente envolvido em corrupção.

Folha de São Paulo, 21 de junho de 2002

PT SOB SUSPEITA

Uma razia familiar, vale lembrar, esteve na base do maior escândalo da história recente da política brasileira, que culminou no impeachment de Fernando Collor de Mello.

O que o público que está prestes a decidir seu voto tem o direito de saber é se houve ou não tal conluio para arrecadar ilegalmente fundos de campanha. É a essa questão que o PT e a Justiça têm de responder. (PT..., 2002, p. A2).

A democracia aqui está associada à transparência e ao direito que o eleitor possui de saber a verdade dos fatos. O jornal coloca-se aqui como possuidor da autoridade de fazer esta cobrança em nome de seus leitores. Interessante observar

também que esta é uma das raras pautas de cobrança direta ao Partido dos Trabalhadores. O jornal aproveita-se do factual para realizar este ataque de maneira mais frontal, saindo da sua posição mais constante, de colocar os partidos concorrentes em grupos de situação ou de oposição, sem nomear a quem se está referindo.

Outro aspecto interessante de observar é a maneira como a democracia brasileira é referida diante de outros sistemas democráticos.

Folha de São Paulo, 15 de julho de 2002

DIFERENÇAS MÍNIMAS

A tendência à minimização dos conflitos de idéias e à transformação da disputa eleitoral numa espécie de concurso para eleger o melhor gerente está em voga nas democracias consolidadas do mundo todo. A questão é saber se, no caso do Brasil – que ainda tem de equacionar seus problemas básicos –, a sensação de mesmice na política pode levar o sistema representativo a um beco sem saída, à não-oferta de alternativas ao eleitor e, portanto, ao país.

Mas o desfecho trágico da política argentina fica como um alerta para o Brasil: o de que sempre tem limites a paciência do eleitor com um sistema partidário que tudo o que faz é oferecer 'más de lo mismo'. (DIFERENÇAS..., 2002, p. A2).

Contraposto às democracias consolidadas, o temor do veículo é que a idéia da escolha de um “bom gerente” para o país encontre espaço no Brasil. Aí está embutida uma crítica aos posicionamentos dos políticos destas democracias estáveis que, segundo o jornal, não mais ofertariam alternativas políticas aos seus eleitores.

O medo da Folha é que esta tendência se alastre também para o Brasil, o que poderia, segundo o próprio veículo, arruinar o sistema representativo, a exemplo do que aconteceu na Argentina. Temos aqui diversos elementos que merecem um olhar mais atento.

O primeiro deles diz respeito à diferenciação feita pelo veículo entre um administrador e um político. O que o editorial diz ao leitor é que um bom político não necessariamente deve ser um bom administrador. A opção feita é significativa do entendimento que o veículo possui do que é o fazer político.

Outro ponto é avaliação de que a igualdade existente entre os partidos de situação e de oposição, nas eleições de 2002, poderia configurar uma ameaça ao próprio sistema representativo. Não obstante a defesa da estabilidade e do “status quo” que, como vimos, sempre foi recorrente nos editoriais, existe aí a crítica ao próprio posicionamento pregado pelo jornal, principalmente com relação ao PT, o partido de oposição que se apresentava com sérias chances de vitória, como efetivamente aconteceu. A falta de diferenças entre o programa político do PT e dos demais partidos foi visto, neste editorial, como algo problemático.

Um mês depois do editorial “Diferenças mínimas”, que apontava para as semelhanças existentes entre os candidatos, observemos o trecho abaixo:

Folha de São Paulo, 20 de agosto de 2002

CHOQUE DE GERAÇÕES

Em países cujas regras democráticas prevalecem há muitos anos, as características geracionais dos grupos políticos têm menos importância. Mas, no Brasil, a passagem ou não de uma geração a outra pode ser significativa. Basta lembrar que a formação política da geração de Maluf, de Cardoso e de Brizola está associada à relação que tiveram – de apoio ou de oposição – com o regime militar desde o seu início, em 1964. Já a geração de Alckmin, de Aécio e de Garotinho passou a atuar na vida pública no final daquele regime, fase de crescente abertura política. (CHOQUE..., 2002, p. A2).

Aqui, as diferenças existentes entre políticos brasileiros, não levando em consideração, com exceção de Anthony Garotinho (candidato pelo Partido Socialista Brasileiro), os que disputavam as eleições, são pontuadas e delegadas às vivências de suas gerações. Existem aqui duas referências que podemos levar em consideração. Uma explícita, que fala das diferenças geracionais entre Fernando Henrique Cardoso (leia-se aqui como a representação de José Serra, o candidato da continuidade de seu governo no pleito) e Anthony Garotinho e outra implícita, onde é delegada uma maturidade política muito maior à geração de FHC (Serra) do que à de Garotinho. A avaliação política sobre um e outro candidato baseia-se, desta

forma, na vivência política da geração de cada um. O candidato Lula, que poderia inserir-se na mesma geração de Fernando Henrique Cardoso, não é citado.

De qualquer maneira, afora as diferenças políticas, o objetivo do novo governante é deixado claro:

Zero Hora, 20 de julho de 2002

O AJUSTE POSSÍVEL

Em verdade, qualquer que seja o eleito, só deve ter um propósito: o de imprimir as modificações que entender justas na trajetória da nação, eis que isso é indissociável da sadia vivência democrática. (O AJUSTE..., 2002, p. 16).

O jornal Zero Hora estabelece aqui, em nome da democracia, uma espécie de pacto com o novo governante. Ao mesmo tempo em que cobra a realização de justas modificações na trajetória do país, também condiciona estas alterações à manutenção de uma ordem já preestabelecida. Leia-se aqui que o objetivo do jornal é acenar com a possibilidade de ajustes, mas sem o rompimento dramático com as bases do governo anterior. E a legitimação desta equação é buscada justamente no ideário democrático.

Quando o assunto é democracia, é fortalecido o repúdio a qualquer ação que possa vir a ser considerada como “de censura”:

Zero Hora, 05 de julho de 2002

A TENTAÇÃO DA CENSURA

É de se prever que instâncias superiores derrubem logo a insensata mordaza, mas sempre fica um prejuízo irreparável quando o público é privado de informações e opiniões por conta de uma medida como essa.

Se a justiça cancelar a censura prévia em vez de examinar eventuais infrações depois de cometidas, o grande perdedor será o eleitor e, por extensão, o país. Eleitor desinformado é sempre mais suscetível a manipulações e engodos. (A TENTAÇÃO..., 2002, p. 20).

A medida a que o jornal se refere foi a proibição de que comunicadores da Rede Record utilizassem-se de determinados termos ao se referirem ao senador cassado Luiz Estevão. A decisão foi de um juiz da 4ª. Vara Cível de Brasília. Zero

Hora avaliou esta sentença como uma censura prévia, pois a Justiça determinou antecipadamente o que era possível ser dito.

O jornal utilizou-se aqui de uma manifestação isolada da Justiça para ilustrar o seu repúdio a tudo o que pode ser considerado manifestação de censura. Aproveitou-se disso também para enfatizar a ligação intrínseca existente entre o Estado democrático e a liberdade de imprensa. Cumpre observar que o veículo utilizou-se também do pouco apreço que a figura pública de Luiz Estevão possuía para desenhar um pequeno descrédito à própria ação da Justiça. O raciocínio que se estabeleceu foi baseado em que tipo de atenção um ex-senador, cassado por denúncias de corrupção, mereceria da Justiça e que legitimidade uma figura como esta teria de cobrar posições dos órgãos de imprensa.

Lições sobre como ensinar e como fomentar o amor pela política – um dos campos, aliás, tidos como mais nobres pelos editoriais – também estão presentes:

Folha de São Paulo, 21 de agosto de 2002

POLÍTICA NA MARRA

Restaurar a liberdade passa pela adoção do voto facultativo e pela dispersão do horário eleitoral na grade das emissoras, de modo que o telespectador possa escolher o que deseja assistir. Não há nada mais antipolítico do que a política na marra. (POLÍTICA NA..., 2002, p. A2).

A idéia é que a informação e uma análise política qualificada seriam os elementos capazes de suscitar nos eleitores um amor pela política que não passaria pela obrigatoriedade do voto ou do programa político em horários determinados. A união entre esta informação e esta análise passa obrigatoriedade pela imprensa que, através desta idéia, novamente coloca-se no papel de defensor dos ideais democráticos e da construção política.

Os assuntos dos editoriais do jornal Zero Hora de 05 de julho e da Folha de São Paulo de 21 de agosto estabelecem fortemente os elementos mais presentes na

fórmula, propagada pelos editoriais, da aliança entre a política e o jornalismo. O repúdio à censura, a informação e a opinião são, pela ótica dos jornais, os ingredientes capazes de reverenciar e de fortalecer cada vez mais as práticas democráticas.

Entretanto, as lições sobre o significado da democracia não estão somente diluídas no texto. Zero Hora, em seu editorial de 29 de julho de 2002, expressa claramente o significado da palavra:

O RITUAL DA DEMOCRACIA

A possibilidade de alternância no poder é uma das mais definidoras virtudes da democracia. Ela explica não apenas a liberdade dos cidadãos, mas traduz especialmente seu poder soberano e supremo, expresso no ato consciente de votar. (O RITUAL..., 2002, p. 16).

Neste extrato, estão contemplados os principais atores do processo democrático. O governo no item alternância de poder; os eleitores através do ato consciente do voto; e a imprensa através da defesa da liberdade dos cidadãos. Tem-se aí a construção de uma noção de democracia que abrange todos os seus agentes, mas que é engenhosa ao potencializar o papel dos meios de comunicação no processo democrático. Esta potencialização passa pela defesa que os veículos fazem da própria democracia. Defesa esta que assume uma dupla função: a de efetivamente prestar uma função política e a de legitimar-se pela prestação deste serviço.

Neste capítulo, pudemos observar a utilização da democracia como uma ferramenta de legitimação dos posicionamentos políticos dos dois veículos analisados. Desde a afirmação dos seus papéis como defensores do sistema democráticos até a consolidação do ideário democrático como condição para a afirmação das candidaturas que se apresentavam para o novo governo, os jornais Zero Hora e Folha de São Paulo traçaram a trajetória da defesa de um Estado

democrático muito mais baseado na continuação do que já estava politicamente construído, aliando a isso a própria defesa da democracia.

8 A SEGURANÇA PÚBLICA E O MEDO DO CIDADÃO

O assunto segurança pública, durante o período eleitoral de 2002 apresentou-se de duas formas. A primeira como uma crítica à falta de cuidado do governo com o problema, o que, segundo os jornais analisados, permitiu o grande aumento da violência e da criminalidade. A segunda forma de apresentação do assunto foi mais estrutural, ligada às dificuldades econômicas e à escassez de emprego, o que diminuía as perspectivas dos brasileiros, principalmente dos jovens, que muitas vezes acabavam seduzidos principalmente pelo tráfico de drogas. Podemos perceber, então, que até mesmo os editoriais que utilizam-se de algum fato atual, como é o caso do que segue, inserem a sua crítica na inépcia dos atuais governos no tratamento da segurança pública e aproveitam para alertar os futuros governantes das necessidades existentes na área.

O destaque para a questão da segurança pública aconteceu principalmente no bojo das discussões sobre o atentado contra o prédio da Prefeitura do Rio de Janeiro no dia 24 de junho de 2002. Este episódio simbolizou a força do crime organizado atacando o último bastião do resguardo do cidadão: o Estado. Os editoriais sobre o assunto falam da necessidade de isolamento dos chefes do tráfico, da política para as drogas e para a comercialização de armas e da formalização de um plano de ação nos níveis federal, estadual e municipal.

Zero Hora, 25 de junho de 2002

TERRORISMO NO RIO

O atentado ao prédio da prefeitura do Rio de Janeiro (...) reforça as preocupações de todo o país com o avanço da criminalidade num de seus mais importantes cenários urbanos.

O país não pode mais conviver com essa progressão desenfreada da ação de criminosos, diante da qual as autoridades precisam dar uma demonstração imediata de que ainda detêm alguma margem de ação. (TERRORISMO..., 2002, p. 12).

O editorial citado acima, do jornal Zero Hora, exhibe claramente as duas facetas do tratamento dado ao tema que falamos acima. Primeiro, fala das preocupações referentes à segurança que se alastram por todo o país. Depois, reforça a necessidade da ação estatal de forma rápida. Cabe salientar aqui o contexto em que estava inserido o jornal Zero Hora quando a discussão era sobre segurança pública. O jornal gaúcho, muito pautado por questões locais, como já dissemos, assumiu durante o governo gaúcho capitaneado pelo Partido dos Trabalhadores, uma posição claramente anti-PT e um dos principais focos de fortes críticas era justamente a forma da condução da segurança pública no Rio Grande do Sul.

Outra consideração que deve ser feita é que no tratamento do assunto segurança, pela primeira vez, os jornais pluralizam a autoridade. Isso quer dizer que a referência aqui é aos governos federal, estadual e municipal. A culpa e a responsabilidade é imputada a todos, e isso acontece principalmente no jornal Zero Hora, principalmente na esfera estadual, pelo motivo que já esclarecemos acima.

A questão do desemprego – e da necessidade de uma política para a geração de empregos – como já dissemos, aparece fortemente, como um elemento fomentador da violência para os cidadãos que se encontram sem perspectiva alguma.

Os dois editoriais abaixo são emblemáticos do tratamento dispensado ao assunto:

Folha de São Paulo, 26 de junho de 2002

CRIME SEM LIMITES

Apenas um amplo programa de retomada dos espaços dominados pelas quadrilhas, envolvendo investimentos sociais e melhoria da ação policial terá condições para combater a violência.

(...) o Brasil precisa de um plano articulado em níveis federal, estadual e municipal para enfrentar os redutos criminosos que hoje operam como forças de ocupação.

Tal ofensiva significa desde policiamento comunitário, passando por programas de renda mínima, de qualificação de jovens e de melhoria das escolas, até a criação de áreas de lazer. Significa também repressão policial eficaz, sem medo da palavra repressão, que se tornou maldita durante o regime militar. É óbvio que, para isso, os corpos policiais terão de ser saneados e reequipados. É uma tarefa difícil, mas urgente. (CRIME..., 2002, p. A2).

Zero Hora, 21 de julho de 2002

CAPITALIZANDO O MEDO

Ainda assim, não deixa de ser sintomático que os pretendentes a cargos públicos estejam identificando a falta de segurança como uma bandeira a ser desfraldada. Descartadas as soluções mirabolantes, o debate pode muito bem servir de indicador para o enfrentamento real do problema por caminhos mais sensatos, como a satisfação das necessidades sociais geradoras da violência. É evidente que as soluções convencionais – entre as quais o policiamento ostensivo, a repressão ao tráfico de drogas e o controle da venda de armas – não podem ser descartadas, mas os próprios candidatos precisam saber que já estarão contribuindo significativamente para combater o crime se, na condição de governantes, trabalharem por emprego, educação e saúde para a população.

Mas precisa, acima de tudo, de oportunidades de emprego, de escolas bem-estruturadas, de moradias populares e de postos de saúde suficientes para reduzir o risco de que mais excluídos tenham a tentação de se engajar no exército do crime. (CAPITALIZANDO..., 2002, p. 20).

Os dois veículos estabelecem aqui as ações que deveriam ser priorizadas pelos governos a fim de reverter a situação. As soluções apontadas passam pelo policiamento comunitário, por programas de renda mínima, pela qualificação dos jovens para o mercado de trabalho, pela melhor preparação da polícia e por escolas, pela saúde e pela habitação. Interessante observar aqui estas considerações dos veículos. Quando falamos sobre os desafios econômicos, nos foi possível perceber que em poucos momentos a condução econômica proposta pelos veículos passou por estas preocupações sociais. Os jornais priorizavam em seus editoriais as

necessidades dos investidores e do mercado. Claro que temos a noção de que a retomada do emprego, por exemplo, passa pelo revigoramento do setor produtivo, mas os editoriais, em sua grande maioria, não estabeleciam a ligação entre os assuntos. Os trechos abaixo constituem exceções nas análises:

Folha de São Paulo, 05 de agosto de 2002

A CRISE REAL

Nesse cenário (de esforço fiscal do setor público para mostrar aos investidores internacionais que o país pode pagar suas dívidas), a bomba social em torno das grandes metrópoles, que já vem explodindo em termos de violência, tende a se tornar ainda mais destrutiva. Na Região Metropolitana de São Paulo, a taxa de desemprego entre jovens (de 18 a 24 anos) está próxima dos 29%. É preciso que as autoridades estudem formas contingenciais de evitar a derrocada da já péssima qualidade de vida nas grandes cidades do país. (A CRISE REAL, 2002, p. A2).

Zero Hora, 23 de junho de 2002

O DIREITO DE MORAR

Uma vez receba estímulos adequados, a construção civil, por seu caráter de forte absorvedora de mão-de-obra não-qualificada, concorrerá para reduzir os alarmantes índices de desemprego. Mais do que isso, mobilizará dezenas de outras áreas correlatas, contribuindo para expandir os níveis de consumo e, por conseguinte, o crescimento econômico. O mérito maior de uma forte retomada da política habitacional seria no entanto o de abrir perspectivas para que legiões de brasileiros possam ter acesso à casa própria. (O DIREITO..., 2002, p. 16).

Temos acima ambos os veículos objetos desta análise realizando uma reflexão mais estrutural dos problemas relacionados à segurança pública. Trata-se, como já dissemos, de uma exceção no universo dos editoriais, já que a regra é muito mais pautar-se por apreciações isoladas do que por exames mais cuidadosos e completos.

A idéia básica é a que foi sintetizada no editorial do jornal Zero Hora de 27 de junho de 2002 (ARTICULAÇÃO..., 2002, p. 16): “A sociedade, assustada e ferida, espera de todas as atitudes eficazes contra o flagelo da insegurança.”

Em muitos editoriais é possível perceber-se o estabelecimento de uma dualidade: de um lado o Estado enfraquecido em sua ação, principalmente repressora, considerada primária; de outro, o fortalecimento de grupos voltados ao crime:

Folha de São Paulo, 20 de junho de 2002

O IMPENSÁVEL ACONTECE

Mas o absurdo da situação a que chegou a segurança pública no Brasil é justamente o fato de ninguém duvidar da capacidade de os comandos criminosos adquirirem no mercado negro esse (um míssil Stinger) e outros armamentos de guerra se assim desejarem.

É preciso dar um basta urgentemente nessa situação. Chefes do tráfico têm de ser isolados. Não é possível conceber que o Estado não seja capaz de realizar nem mesmo essa tarefa primária. (O IMPENSÁVEL..., 2002, p. A2).

Zero Hora, 16 de julho de 2002

O PODER PARALELO

O país não pode se omitir ante a necessidade de impedir que o crime organizado se instale em regiões específicas, a ponto de seu combate se tornar inviável.

A necessidade de o país impedir que a criminalidade se instale a ponto de inviabilizar seu combate precisa se sobrepor a quaisquer outros interesses ou preocupações. Sem uma ação imediata, o poder público corre o risco de capitular diante a força do crime organizado. (O PODER..., 2002, p. 16).

Os dois veículos aqui são unânimes em apontar o fracasso do Estado na contenção da violência. O mesmo Estado incapaz de garantir funções mínimas para o cidadão é recorrente. Ele já aparecia como inepto na avaliação da condução econômica e novamente retorna aqui, mas a crítica que se faz neste momento é mais forte, pois a segurança é considerada tarefa mínima, que não requer tantas preparações, pela ótica dos jornais, quanto a questão econômica.

A frustração com a ação do Estado é tanta que os editoriais, em alguns momentos, optam por retirar esta função da esfera do governo e a delegam à própria comunidade, como podemos observar abaixo.

Zero Hora, 26 de junho de 2002

LIMITES ROMPIDOS

As declarações (de diversas autoridades sobre os atos criminosos no Rio de Janeiro) são fortes. Espera-se que as providências

governamentais também o sejam, além de objetivas e eficazes, dentro do marco da plena legalidade. Pois esta é, infelizmente, uma nação que só reage à violência quando os criminosos desafiam a ordem, buscando intimidar a sociedade e ameaçar a própria convivência democrática.

E, diante da ineficiência da ação estatal, a alternativa apregoada, muitas vezes é a “força da comunidade”, coroando a inépcia do governo. (LIMITES..., 2002, p. 14).

Zero Hora, 17 de julho de 2002

A FORÇA DA COMUNIDADE

De um lado, o poder público precisa impedir que colaborações da sociedade em áreas como segurança dêem margem a privilégios. De outro, é fundamental que não paire qualquer dúvida sobre o caráter espontâneo das contribuições (para os chamados Conselhos Comunitários Pró-Segurança Pública – Consepros). (A FORÇA..., 2002, p. 16).

Observamos que os dois trechos acima pertencem ao jornal Zero Hora. Podemos depreender daí que a insistência nesta “ação comunitária”, desvinculada da ação do Estado, não configura-se somente como alternativa ao problema. Ela está ligada à própria crítica do veículo à ação do governo gaúcho. O jornal aproveita-se aqui destes Conselhos Comunitários, há muito já existentes, para reforçar a inépcia do governo, que precisa ser auxiliado pela população.

Em meio à discussão, afloram timidamente alguns debates sobre temas paralelos, como é o caso das drogas e do comércio ilegal. O editorial abaixo, do jornal Folha de São Paulo, é interessante por ensaiar uma alternativa corajosa sobre um assunto delicado e que enseja posições conservadoras:

Folha de São Paulo, 22 de junho de 2002

POLÍTICA PARA AS DROGAS

É preciso caminhar com cautela na descriminalização, mas esse parece ser o caminho. (POLÍTICA PARA..., 2002, p. A2).

O comércio ilegal também é considerado porta de entrada para a criminalidade, merecendo efetiva ação do Estado, segundo o jornal Folha de São Paulo.

Folha de São Paulo, 22 de junho de 2002

BATALHAS NO CENTRO

É boa a idéia de atuar com uma força-tarefa para impedir que vendedores ambulantes se tornem a ponta de esquemas de contrabando e pirataria. Trata-se de um pequeno exemplo de como, com vontade política, é possível quebrar a espinha de impunidade que sustenta algumas atividades ilegais no Brasil. (BATALHAS, 2002, p. A2).

Por fim, é observável a dubiedade entre os posicionamentos de um mesmo veículo, apontando em algum momento para o autoritarismo como uma alternativa possível. O extrato abaixo, retirado do jornal Folha de São Paulo, não obstante referir-se especificamente à eleição paulista, merece alguma atenção, pela alternativa que aponta. O jornal, ao referir-se à postura do candidato Paulo Maluf, avalia que talvez os seus métodos de condução da polícia – reconhecidamente violentos e altamente repressivos – encontrem apelo em uma população dominada pela insegurança.

Folha de São Paulo, 9 de julho de 2002

A APOSTA DE MALUF

O fôlego do malufismo está associado à existência de uma expressiva parcela de perfil autoritário e conservador no eleitorado. A questão é saber se o malufismo conseguirá quebrar o tabu de nunca ter vencido eleição direta para governo de São Paulo. Para isso, aos votos de seu estrato tradicional terá de acrescentar endosso de uma parte do ‘centro’ – o eleitor normalmente mais moderado. Com o ambiente da disputa dominado, como está, pelo tema da segurança pública – em que a imagem do ex-governador exerce conhecido apelo -, Maluf talvez possa ter oportunidade única de receber apoio que extrapole o de seu eleitorado habitual. (A APOSTA..., 2002, p. A2).

Verifica-se aqui que, não obstante uma rápida crítica ao “perfil autoritário e conservador do eleitorado”, o que também é uma crítica ao perfil do candidato, o que permanece é a alternativa possível.

Dois dias depois, no mesmo veículo, uma forte crítica a posições extremadas, que podem até ser consideradas como típicas do malufismo outrora citado:

Folha de São Paulo, 11 de agosto de 2002

CAMINHO ERRADO

A menos que o Brasil queira repetir os mesmos erros cometidos pelos Estados Unidos (de ser a nação que mais tem crimes e que mais encarcera no mundo), precisa pensar melhor antes de aplaudir demagógicas propostas de endurecer penas e prender mais. O encarceramento é fundamental para o Direito penal. Mas precisa ser reservado aos casos em que o criminoso representa ameaça física à sociedade. (CAMINHO..., 2002, p. A2).

Percebe-se aqui uma mudança no tratamento dado ao assunto pelo veículo.

Se, no dia 9 de julho, o jornal falava que o fôlego do malufismo está associado ao caráter conservador do eleitorado, sem criticar esse conservadorismo e nem os métodos que o sustentam, no dia 11, a crítica vem associada à experiência mal-sucedida dos Estados Unidos, onde o excesso de repressão não foi eficaz contra a criminalidade.

A questão principal presente em todos estes excertos é o que diferencia esta violência, capaz de pautar toda uma discussão eleitoral do que poderíamos chamar de uma outra violência que, infelizmente, há muito tempo existe no Brasil. Referimo-nos aqui ao fato da violência ter rompido os limites da periferia e agora também acossar os bairros de classes média e alta, antes protegidos do problema.

O que observamos é que a violência retratada pelos dois veículos é um problema presente no cotidiano dos cidadãos que outrora não estavam tão diretamente submetidos a ela. A lógica disso está presente em Zero Hora de 26 de junho de 2002: “esta é, infelizmente, uma nação que só reage à violência quando os criminosos desafiam a ordem, buscando intimidar a sociedade e ameaçar a própria convivência democrática.” (LIMITES..., 2002, p. 14).

Isto equivale a dois posicionamentos:

- I. a reação à violência ocorre no bojo de uma intimidação a classes sociais mais bem posicionadas. A violência que desce dos morros e é capaz de

atentar até mesmo contra os mais consolidados símbolos do poder do Estado, como é o caso de um prédio público no Rio de Janeiro, torna-se condição suficiente para um clamor social;

- II. a ameaça à convivência democrática pode ser lida como um alerta de duplo significado. É a ameaça ao poder do Estado, já suficientemente desgastado e incapaz de fazer frente aos atos de violência, como já dito em diversos editoriais, e é também uma ameaça velada à própria autoridade do Estado que, ou se assenhora de suas responsabilidades ou alguém fará isso por ele.

É possível afirmar que no tema da segurança pública os veículos tenham o seu posicionamento mais passional. Percebe-se aqui a abordagem de algo muito temido por todos, sobrepujando as questões da sucessão presidencial, da economia e até mesmo dos preceitos democráticos. A base da discussão sobre a violência nos grandes centros urbanos é que a tranqüilidade dos cidadãos equivale a um bem maior. É neste campo que os veículos, através dos editoriais, falam mais diretamente ao seu público-leitor, alertando de forma mais veemente para tudo o que está acontecendo e para o que não está sendo feito pelo Estado, a fórmula básica de todas as abordagens observadas sobre o assunto.

A constância, durante a análise feita neste capítulo, da crítica à ação do governos no item segurança pública coroa posicionamentos que já puderam ser observados quando da fala sobre outros assuntos. Os problemas na segurança pública acabam funcionando como a sacramentação da inépcia do Estado como condutor de políticas públicas e como guardião dos serviços básicos ao cidadão. Mesmo análises mais estruturais que são ensaiadas, como vimos, funcionam em grande parte das vezes como fortificações deste mesmo argumento.

9 CONCLUSÃO

Levando em consideração o fato de serem os editoriais os espaços de opinião da empresa responsável pela edição do veículo, como já anteriormente pontuado, temos que entendê-los como a manifestação, por excelência, dos posicionamentos políticos que a empresa comunga. E é sob este enfoque político que estão colocadas todas as grandes questões nacionais do momento. A sua base de análise é a ideologia que o veículo defende e, conseqüentemente, baseado nisso é que são emitidas as críticas e as sugestões a determinadas circunstâncias.

A proposta de análise que é passada para o leitor, de acordo com a leitura que já fizemos anteriormente, redundava em uma análise superficial, cuja tônica é a responsabilidade do poder instituído acerca destas questões. A conclusão sempre redundava em uma solução conhecida pelo veículo – e disponibilizada à opinião pública – mas que por motivos que não são esclarecidos não é posta em prática. Isto normalmente é delegado à “falta de vontade política”, expressão nunca bem explicada, ou à falta de capacidade dos gestores públicos, mormente menos capazes e ainda engessados pela estrutura pública, tida como nociva e/ou viciante.

O poder do cidadão é elemento político forte, como pode ser observado nos editoriais. Sua grande ferramenta é a democracia e, mais instrumentalmente, o voto. Ligado a isto estão consciência, regulação e aproveitamento da oportunidade (do ato de votar). Nunca é feita qualquer discussão sobre partidos, propostas, ideologias ou fidelidade partidária. A discussão acerca do voto passa somente pela consciência e

pela análise do que é dito e feito pelo candidato, análise esta cujos instrumentos são oferecidos pelo próprio veículo. Aqui, não se quer diminuir a importância dos meios de comunicação social enquanto observadores e informadores dos fatos sociais. O que se quer é pontuar o fato de que, muitas vezes, a análise desta observação está baseada em instrumentos muito frágeis, capazes de suscitar equívocos ou imprecisões.

A construção política é vendida como o grande momento de ruptura política, econômica e social. A partir deste momento, o entendimento é que tudo vai mudar, e que esta mudança será drástica e rápida. Os rumos desta mudança, entretanto, vão depender das posições daqueles que assumirem o poder. Esta dependência alia-se fortemente à idéia de que isso raramente pode ser apreendido da análise da vida política progressiva de determinado partido ou candidato e das propostas defendidas por eles. A noção básica é que esses rumos são definidos mais por vontade pessoal dos eleitos do que pela situação em que estão colocados.

Quando o assunto é segurança pública, algumas questões estruturais são ensaiadas na discussão, mais especificamente quando se liga o tema ao desemprego. A solução, entretanto, redonda no estímulo necessário às grandes atividades econômicas, como a agropecuária e a construção civil. Sem entrar no mérito da importância destas atividades e do número de empregos que elas são capazes de gerar, pode-se questionar o caráter destas sugestões levando em consideração os interesses econômicos que as ligam ao grupo proprietário dos veículos.

Quanto aos problemas econômicos, verifica-se uma oscilação de opinião entre sermos ou não uma Argentina. A mesma dúvida acontece quando o

assunto é procurarmos ou não o Fundo Monetário Internacional e também quanto ao reforço ou à diminuição da dependência internacional.

Para se falar dos editoriais, podemos resgatar o esquema básico que já foi outrora aqui apresentado. Ele resume-se à **exposição do problema – elaboração de um conselho – capacidade de reversão como elemento alentador do problema**. A este esquema, ligam-se as duas categorias: PODER/ENTENDIMENTO e AUTORIDADE.

Estas categorias vêm do fato da grande imprensa poder ser entendida como porta-voz qualificada das demandas advindas da população. Esta qualificação não raro coloca-se como superior à do poder instituído e ligado ao Estado.

O poder/entendimento está ligado a uma concepção de mídia que convive pacificamente entre a generalidade e a especialidade, sem comprometer-se fortemente com nenhum deles. Os veículos assumiram a prerrogativa de falar sobre tudo e sobre todos com um entendimento final sobre os assuntos. A isto, liga-se a autoridade. O suposto comprometimento com todos os assuntos que fazem parte da vida do país e dos cidadãos delega à imprensa um sentido de confiabilidade e de autoridade que é capaz de suplantar qualquer outro poder. O ditame básico é que ali pode ser encontrada a verdade, pois a mídia vende-se como a isenção e a imparcialidade postas em prática.

REFERÊNCIAS

- A APOSTA de Maluf. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 09 jul. 2002.
- A CRISE E os candidatos. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 14, 03 ago. 2002.
- A CRISE REAL. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 05 ago. 2002.
- A CRISE, SEMPRE. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 24 jun. 2002.
- A DÚVIDA dos juro. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 19 jun. 2002.
- À ESPERA do FMI. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 04 ago. 2002.
- A ESTRATÉGIA fiscal. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 16, 21 ago. 2002.
- A FORÇA da comunidade. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 16, 17 jul. 2002.
- À PROCURA de um estadista. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 01 ago. 2002.
- A PROPOSTA e o desafio. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 20, 25 jul. 2002.
- A RBS e o pleito. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 14, 06 jul. 2002.
- A REFORMA preterida. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 20, 11 jul. 2002.
- A TENTAÇÃO da censura. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 20, 05 jul. 2002.
- ABSURDOS da crise. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 27 jul. 2002.

AGÊNCIAS do pânico. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 04 jul. 2002.

APOIO coerente. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 21 ago. 2002.

ARTICULAÇÃO contra o crime. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 16, 27 jun. 2002.

BATALHAS no centro. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 22 jun. 2002.

BERGER, Christa. *Do jornalismo: toda notícia que couber, o leitor apreciar e o anunciante aprovar, a gente publica*. In: MOUILLAUD, Maurice e PORTO, Sérgio Dayrel. *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 273-284

CAMINHO errado. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 11 ago. 2002.

CANDIDATOS rastreados. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 23 ago. 2002.

CAPITALIZANDO o medo. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 20, 21 jul. 2002.

CENA agitada. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 14 ago. 2002.

CHOQUE de gerações. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 20 ago. 2002.

CONDIÇÕES para a retomada. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 14, 15 jul. 2002.

CORTINA de fumaça. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 17 jul. 2002.

CRIME sem limites. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 26 jun. 2002.

CRISE EXTERNA. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 03 jul. 2002.

DECLÍNIO da Bovespa. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 08 jul. 2002.

DIFERENÇAS mínimas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 15 jul. 2002.

DÓLAR-SANGUE. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 12 ago. 2002.

ECO, Humberto. *O nome da rosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

EM BOA hora. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 08 ago. 2002.

ESPAÇO para o entendimento. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 20, 05 jul. 2002.

ESQUELETOS reais. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 21 jun. 2002.

FMI não é calmante. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 14 jul. 2002.

FÔLEGO para agir. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 09 ago. 2002.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. A atualidade no jornalismo. *Práticas Midiáticas e Espaço Público*, Compôs, Porto Alegre: EDIPUCRS, no. 10, v. 1, p. 261-289

GOMES, Neusa Demartini. *Formas persuasivas de comunicação política. Propaganda política e publicidade eleitoral*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

GOMES, Wilson. Opinião pública hoje – uma investigação preliminar. *Práticas midiáticas e espaço público*. Compôs, Porto Alegre: EDIPUCRS, no. 10, v. 1, p. 61-82, 2001.

GOMES, Wilson. *Theatrum Politicum: a encenação política na sociedade dos mass media*. [S.l.: s.n., 199-]b. (digitado).

HISTERIA dolarizada. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 23 jun. 2002.

INDEFINIÇÃO. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 03 ago. 2002.

KRIEGER, Maria da Graça. Editoriais jornalísticos: discursos de representação do interesse coletivo. *Revista de Biblioteconomia e Comunicação*, Porto Alegre: UFRGS, v. 5, p. 158-164, jan./dez. 1990.

LIMA, Alceu de Amoroso. *O jornalismo como gênero literário*. Rio de Janeiro: Agir, 1969.

LIMA, Edvaldo Pereira. *Páginas ampliadas*. Campinas: Unicamp, 1995.

LIMITES rompidos. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 14, 26 jun. 2002.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise de discurso*. Campinas: Pontes, 1989.

MAIS INTERVENÇÃO DO BC. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 04 jul. 2002.

MATTELART, Armand. *Comunicação – mundo: história das idéias e das estratégias*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

MATURIDADE NA transição. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 28, 18 jul. 2002.

MATURIDADE SOB pressão. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 21 ago. 2002.

MEDINA, Cremilda. *Notícia um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial*. São Paulo: Summus, 1988.

MEDO da inflação. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 05 jul. 2002.

MENSAGEM de fundo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 23 jul. 2002.

MOUILLAUD, Maurice e PORTO, Sérgio Dayrell. *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

NOCAUTE na produção. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 16, 10 jul. 2002.

NOVO manual de redação *Folha de São Paulo*. São Paulo: Folha de São Paulo, 1995.

O ACORDO e a política. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 10 ago. 2002.

O AJUSTE possível. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 16, 20 jul. 2002.

O DIREITO de morar. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 16, 23 jun. 2002.

O IMPENSÁVEL acontece. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 20 jun. 2002.

O PODER paralelo. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 16, 16 jul. 2002.

O PREÇO da crise. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 31 jul. 2002.

O PT e os mercados. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 25 jul. 2002.

O RITUAL da democracia. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 16, 29 jul. 2002.

ORIGENS da riqueza. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 30 jun. 2002.

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso*. São Paulo: Pontes, 2001.

OS MEIOS e os fins. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 14, 08 jul. 2002.

PALIATIVO premente. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 31 jul. 2002.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Com a palavra o senhor Presidente José Sarney*. São Paulo: Hucitec, 1988.

POLÍTICA NA marra. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 21 ago. 2002.

POLÍTICA PARA as drogas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 22 jun. 2002.

POLÍTICA PREJUDICADA. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 18 jun. 2002.

PT sob suspeita. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 21 jun. 2002.

RESTRIÇÃO de capital. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 18 jun. 2002.

TERRORISMO no Rio. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 12, 25 jun. 2002.

TRANSIÇÃO e democracia. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 18, 19 jul. 2002.

TRAVESSIA com fundo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 11 ago. 2002.

UM BRASIL vencedor. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 14, 01 jul. 2002.

UM FATO grave. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 20, 28 jun. 2002.

UMA APOSTA no Brasil. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 14, 11 ago. 2002.

UMA QUESTÃO sensível. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 16, 23 jul. 2002.

ZERO Hora manual de ética, redação e estilo. Porto Alegre: RBS/LPM, 1994.